

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se por plataforma digital os membros do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais: Aline Teixeira da Cruz (13:35h – 16:34h), Ana Lucia Rodrigues (13:14h – 16:35h), Anderson Dias do Rosário (13:14h – 16:34h), Ângela Branco Guimarães (13:34h – 15:37h), Carmem Lúcia de Oliveira Rocha (13:26h – 16:34h), Caroline Hornig de Meira (13:57h – 16:34h), Carolline Pereira de Araújo Maia (13:40h – 16:35h), Cleverson Luis Nogueira (13:32h – 16:27h), Domingas de Fátima Cardoso Amaral (13:13h – 16:34h), Eliel Dantas de Almeida (13:44h – 16:08h), Fábio Braun (13:53h – 16:34h), Isabel Cristina Zarpelon Trevisan (13:33h – 16:51h), Juliana Grebe Rosa Ferraz (13:27h – 16:34h), Karyn Cristine Cavalheiro (13:45h – 14:29h), Larissa Marinho Duarte (13:21h – 16:34h), Leila Gonçalves de Carvalho (13:32h - 16:34h), Louise Alves Schirmer (13:16h – 15:45h), Luiz Carlos Costa da Silva (13:30h – 16:35h), Marilza Aparecida Pereira (13:17h – 16:34h), Marinês Gabriela Christoff Jarek (13:16h – 16:34h), Nélio Miguel Kailer Kava (13:24h – 16:34h), Queila Cristina I. Batista Martins (13:29h – 15:30h), Raquel Santana (13:16h – 16:34h), Rodrigo Cardozo Gomes (13:22h – 16:06h), Stela Regina G. Wontroba (13:12h – 16:35h) e Tatiane Fátima Kuzma (13:28h – 16:35h), tendo como pauta: 1- Faltas Justificadas/Injustificadas; 2- Aprovação das Atas; 3- Estrutura e organização do CME (Câmaras, novos membros, eleições...); 4- Informações para a Divisão de Merenda e Escolar; 5- Processo Seletivo Simplificado – PSS/SJP; 6- Centro de Recreação Infantil – Deliberação; 7- Escolas Particulares (Calendários, processos, outros...); 8- Correspondências recebidas, outros.

Dá-se início a 2º Reunião Ordinária de Pleno do ano de 2022. A Presidente Ana Lucia Rodrigues faz a verificação da quantidade de presenças de Conselheiros Titulares para haver se há quórum. Consta-se 16 Conselheiros Titulares até o momento. A Presidente Ana Lucia lembra: “A Karyn não está, então você, Carmem, responde como Titular até que ela entre. Isso se ela entrar, ela não justificou ainda. O Fábio deve entrar daqui a pouco, a Leila então responde por enquanto como Titular. E a Tatiane Kuzma, você já é Conselheira, já saiu a nomeação da Tatiane e da Marlucy que é da Câmara. Tatiane, você responde porque o Rodrigo Oliveira está de férias, ele não vai participar. Então hoje você é Titular em exercício. Nós temos também o Luiz Carlos que com a saída da Daniela, ele responde como Titular em exercício, e a Juliana no lugar da Patricia até que essas duas nomeações saiam. A Juliana Ferraz então, responde como Titular porque eles passaram a ser Titulares e isso nós vamos verificar. A Juliana sim, e do Luiz nós vamos fazer essa verificação. A Ângela também acabou de entrar, então mais uma presença.” Havendo quórum, a Presidente Ana inicia a reunião: “Podemos então iniciar a nossa reunião. Nós temos uma pauta grande, só para explicar para vocês. Aline também entrou. Boa tarde, Aline e Ângela. Só para explicar para vocês, nós não conseguimos organizar a reunião para o início do mês de março, que seria no dia 3. Eu havia até colocado dia 4 lá no grupo, era dia 3 a reunião. Que seria a nossa do mês de março, mas como vocês sabem a Patricia assumiu a Direção, então o Luiz entrou como Secretário geral, mas a Patricia tinha disponibilidade de meio período todos os dias. O Luiz não tem essa disponibilidade. Nós estamos solicitando administrativo para o Conselho que já era para ter, então desde o ano passado e no início do ano, eu venho solicitando. Agora se faz mais do que urgente. Então sozinha, eu não consigo. Eu tenho a estagiária, mas é questão de responder, elaborar Ofício, fazer Deliberação, aí ficou tudo com a Ana Lucia, então eu

realmente não consegui fazer. Tem a previsão da próxima reunião Ordinária no dia 7, e eu espero poder cumprir o dia 7 porque depois, no dia 14, deve ser ponto facultativo. E dia 21 é feriado também. Então se nós não fizermos no dia 7 de abril, faremos só no dia 28 de abril. Então vamos ter que organizar da melhor forma possível. As Câmaras nós não conseguimos reunir. Nós estamos tendo dificuldade, e hoje nós vamos ver também essa composição da questão das Câmaras. Aí peço que quem tiver disponibilidade nesse momento, nesses dias, quem ter vindo me auxiliar, deixando um horário e disponibilizando horários é o Luiz mesmo que tem feito isso. Eu não digo o pessoal que está dentro da escola porque realmente não tem como sair da escola ou estar saindo do seu trabalho, tendo outro determinado quem está fora. Mas quem está dentro da Secretaria, tendo esta disponibilidade, podendo uma hora, já ajuda a gente porque tem questões que estão paradas aqui, e nós temos que estar respondendo. Mas dentro da previsão, eu mesma vou ter que pegar meu carro para sair atrás e poder conversar com uma pessoa, porque até então também não foi possível isso. Tem uma pessoa que eu vou conversar para ver se pelo menos ela pode ficar por um tempo aqui nos auxiliando. Já conversei com o Secretário e ele me autorizou. Vamos começar então com a questão da pauta da reunião, as faltas justificadas. Quem justificou? O Rodrigo Oliveira que está de férias, a Clicie que tem outro atendimento, a Fátima Batistão, foram esses que chegaram para mim na questão de ausências para a reunião de hoje.” A Raquel informa: “O Fábio avisa na mensagem lá no whatsapp que vai atrasar 20 minutos.” A Presidente Ana responde: “Isso eu já sabia, por isso eu falei que ele iria entrar mais tarde. Eu até falei para a Leila, que enquanto ela estivesse aí, ela estaria respondendo pela Titularidade, nesse momento. Deixa eu ver se entrou mais alguém, eu acredito que não até pelo o que eu olhei ali. Na questão da aprovação das Atas foram encaminhadas então as últimas atas que faltavam, que são as de novembro, do dia 11 de novembro e a dia 18 de novembro. A Ordinária no dia 11 e a Extraordinária no dia 18, a Ordinária no dia 02 de dezembro e a Extraordinária no dia 13 de dezembro. Alguma observação em relação a reunião Ordinária do dia 11 de novembro? Podemos então aprovar a ata de nº10 de 11 de novembro? Por favor, coloquem lá no chat para mim. A Extraordinária do mês de novembro, 18 de novembro, alguma observação? Se não, por favor, já coloque aprovado. Da Ordinária, Ata nº11 do dia 2 de dezembro de 2021, se não tiver observação, coloquem aprovado. E a Extraordinária, Ata nº12 do dia 13 de dezembro de 2021, se não tiver observação, por favor, já coloquem que ela está aprovada. Enquanto vocês colocam, só esclareço então, a nossa primeira reunião foi no dia 17 de fevereiro, esta Ata já está em andamento, aí na próxima reunião nós já temos. Assim como a de hoje, também provavelmente já esteja para a próxima reunião. Eu estou somente com uma estagiária, é ela quem tem feito esse trabalho de transcrição das Atas. Carmem, se você tiver estagiária da Pedagogia, por favor.” A Conselheira Carmem responde: “É, a última vez eu encaminhei alguns, mas eu vou passar um recado no grupo, aí já peço para entrar em contato.” A Presidente Ana Lucia pede: “Exatamente, se tiver algum de administração também pode.” A Conselheira Carmem responde: “Ótimo, também tenho.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues prossegue: “Isso, nós precisamos. Nós temos direito a mais uma estagiária, a estagiária Tati que trabalhou conosco iria voltar, mas como ela se formou, já é professora formada, claro que nós indicamos e é uma excelente profissional para fazer o PSS, porque são os nossos, agora nesse momento.” A Conselheira Carmem comenta: “Eu vou fazer o comunicado nos dois grupos e vamos ver o retorno. Eu peço para passar para mim e

eu te encaminhinho.” A Presidente Ana Lucia agradece e continua: “Obrigada, Carmem. Por favor. Se mais alguém conhecer estagiários da Pedagogia ou da Administração, por favor, pode fazer o encaminhamento aqui para o Conselho que nós fazemos a entrevista para solicitar. Peço para vocês cuidarem bastante na questão das justificativas. O Eliel que está entrando? Acho que é o Eliel que está entrando aqui. Mesmo sendo Conselheiro Suplente, tem que justificar sua ausência. É isso que diz o nosso Regimento e a nossa Legislação. Então, não esqueçam. Eliel, boa tarde, tudo bem? Obrigada pela presença também. Então, vamos dar continuidade. Sobre a organização do CME, Câmaras, novos membros. Como eu falei, a Tatiane Kuzma e a Marlucy que não está presente foram nomeadas, no final do ano saiu a nomeação dessas Conselheiras. Então, elas já fazem parte também do Conselho. Mas nós temos alterações, temos vagas a Titularidade ou a vaga da Daniela, que saiu e era da Educação Infantil, a representatividade da Educação Infantil, do Departamento de Educação Infantil, no caso. A Suplência do Anderson Dias do Rosário que era a Chayane e ela pediu para sair do Conselho, ela acabou saindo, ela não justificou também as suas ausências, mas devido, ela ganhou bebê e também está em outro processo. Nós conversamos bastante, ela ficou em dúvida, mas no final ela acabou achando melhor ela realmente sair. Agora a Juliana passa a ser a Titular dos representantes dos professores e também abriu então essa Suplência que seria a Samia, nós vamos fazer o encaminhamento para a Samia, mas como ela não está professora em efetivo trabalho nas Unidades, nós teremos que fazer a eleição. E aí também esse processo de compor a Comissão, nós vamos fazer isso hoje. A Suplência dos pedagogos, que a Titular é a Fátima, a Domingas de Fátima, então seria a Débora, vai demorar um pouco para sair essa nomeação, então estou colocando aqui. Eu vejo que não há, não sei vocês, se há impedimento para que a Débora que já foi eleita, que participe das reuniões como ouvinte, só não vai poder votar, mas participar ela pode. Não vai poder deliberar, mas vai poder participar porque ela é Suplente também. Aí precisa da nomeação. Então para a próxima reunião, se ninguém se opõe, ela já começa a participar das próximas reuniões também. A Carol Hornig que eu não vi se entrou, a representação do Sindicato, com a saída da Tainara, a Carol responde em exercício por essa Titularidade também, mas ela não está presente hoje. Eu vi que a Karyn também chegou. Boa tarde, Karyn, boa tarde, Carol.” A Conselheira Karyn se manifesta: “Ola, boa tarde, boa tarde a todos.” A Presidente Ana prossegue: “A questão da composição que nós precisamos, então nós estamos precisando. Eu já encaminhei para a Secretaria Municipal de Educação para fazer as indicações, lembrando que a partir da Lei de 2018 do Conselho, a 3.055 a nossa Lei, antigamente, antes dessa Lei, funcionava por Decreto. E aí tinha dois representantes na função da Secretaria, era Executivo, dois representantes do Departamento do Ensino Fundamental, dois do Infantil e dois do Especial. Na nova Legislação não é dessa forma. É uma representação de casa setor. Então, a Secretaria tem 12 representações, 6 Titulares e 6 Suplentes. Dentro dos setores o que estava faltando para nós, antes do NUDCAI, era o Transporte Escolar, que ainda nós tínhamos conseguido encaixar. Nós já estamos praticamente com todos os setores. E veio o NUDCAI, então, por exemplo, para a vaga da Chayane que tem a Chayane e a Carol Maia, elas estão hoje no Gabinete. Então seriam duas vagas também. Um dela virá para o Transporte, e o Especial estava com duas vagas, com duas representações da Educação Especial. E a partir do que nós aprovamos, o NUDCAI que é o Núcleo do atendimento as crianças e a questão da inclusão também, então ele

vai também entrar aqui. E nós pedimos então, a solicitação para a entrada do NUDCAI. Então entraram aqui só da Secretaria mais 4 novas indicações. Eu encaminhei ontem o Ofício para o Secretário, para a questão dessas substituições. Uma do Infantil, então, a entrada do NUDCAI, o Transporte, e tem mais uma, eu fiz o Ofício ontem e acabei não lembrando, tem mais uma indicação. Eu já falo para vocês. depois eu pego o Ofício. Tem um Ofício aqui embaixo. Um representante do Departamento da Educação Infantil, um do NUDCAI, um da Divisão de Transporte e aí claro, um que vai ficar do Departamento de Educação Especial. Foi essa solicitação por Ofício que fizemos. Também já encaminhamos para o Sindicato, para o SINSEP para encaminhar a sua representação, e aí nós temos que fazer a questão da eleição para professor. A Débora vai receber a documentação, nós também vamos oficializar a Samia, mas de qualquer forma, como ela é a Presidente do Sindicato, ela não pode assumir como representante dos professores. Se for pelo Sindicato não tem nenhuma objeção. Mas, como representante dos professores, não tem. E nós não temos na lista de espera. Foi a Juliana e a Samia que se inscreveram para esse processo em 2019. E agora nós temos que fazer a eleição. Para isso, nós também temos que fazer essa composição de eleição. Então, como já estou falando disso, eu já vou tratar desta forma, desta questão da composição da Comissão porque precisamos fazer esse processo mais do que urgente. O Processo ano passado que nós fizemos para Diretor das Unidades de Ensino e para Pedagogo, e para o Ensino Superior nós tínhamos na Comissão a Patricia que era Presidente, o Luiz Carlos Vice-Presidente, a Carol Hornig Secretária, a Beatriz Pedroso, a Carolline Maia, a Queila e a Raquel. Então, agora, o ano passado eu acabei não entrando até por uma questão que eu iria passar por cirurgia, iria começar um tratamento. Hoje já estou melhor, os tratamentos mais difíceis eu digo que já passei. Então eu vou colocar meu nome. Luiz, você permanece na Comissão de Eleição?” O Conselheiro Luiz responde que sim. A Presidente Ana continua: “A Carol Hornig não está, mas nós vamos perguntar para ela porque ela é a representação do Sindicato e nós achamos que é importante. Não para os demais, mas para ter esse segmento também. A Beatriz também não está. A Carol Maia, você permanece, acha que tem condições? Pode participar, ótimo. Queila também era do Processo, permanece?” A Conselheira Queila se pronuncia: “Oi, Ana, boa tarde. Permaneço sim, pode me colocar.” A Presidente Ana prossegue: “Raquel permanece?” A Vice-Presidente Raquel responde permanecer. A Presidente Ana Lucia pergunta: “Alguém mais gostaria de participar da Comissão? Alguém mais gostaria de fazer parte desse processo? De representação de professores? Juliana, você que é representante de professores no Conselho, gostaria de participar? Mais alguém gostaria de participar? De qualquer forma, nós iremos perguntar para a Carol Hornig e para a Beatriz Pedroso se elas gostariam de participar também. Oi, Juliana, caiu, não é?” A Conselheira Juliana responde: “Oi, Ana, eu até gostaria de participar, mas está bem complicado sair da escola. Para participar das reuniões já está difícil.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues compreende e responde: “É verdade, concordo com você. A Beatriz talvez tenha essa mesma dificuldade dessa participação. E a Carol também por ser Diretora. O Anderson está se colocando, vamos colocar aqui o nome do Anderson também. Mais alguém? Para nós fecharmos com o mesmo número que eram 7 pessoas, mas vou ver então a questão do Sindicato que é importante. Então, sobre a composição nós temos: Ana Lucia, Luiz Carlos, Carol Maia, a Queila, a Raquel e o Anderson. Leila Carvalho? Leila. Certo, muito obrigada. Essa questão ‘ok’. Aí nós verificaremos juntos a questão das datas e ela se faz necessária, e provavelmente nós

marcaremos uma reunião já na próxima semana. Também temos a questão das composições das Câmaras. O Luiz vai colocar para nós como estava composta estas Câmaras, nós quase não tivemos atuação o ano passado até por uma questão que nós não tivemos as aulas presenciais, estava também difícil a questão das reuniões, mas sim, a intenção agora é realmente nós nos organizarmos e já iniciarmos porque vai partir do primeiro, ela vai para as Câmaras e as discussões vão partir delas para vir para o Pleno. No Ensino Fundamental, lá nas Câmaras. Os que estão presentes hoje, nós temos 7, a Domingas Fátima, Ana Lucia, a Raquel, Isabel, Juliana Ferraz, Luiz Carlos e Aline. Quem mais gostaria de participar? Eu vou fazer a verificação com a Débora que é pedagoga do Ensino Fundamental, acredito que seja interessante que ela entre aqui também. Por ser uma Câmara que trata do Fundamental e do Especial, vou ver com a Clicie também se existe essa possibilidade dela entrar. E Louise, você consegue? Eu vejo que você é bastante atenta com as questões da Educação Especial.” A Conselheira Louise responde: “Oi, Ana. Dá pra tentar, vamos lá!” A Presidente Ana Lucia responde: “Quando você não puder, aí você se manifeste dizendo ‘Olha, hoje eu não posso.’ Justifique.” A Conselheira Louise comenta: “Eu estou aí em uns ‘enrosco’ da Educação Especial, mas borá lá.” A Presidente Ana responde: “Mas é importante porque aí você tem conhecimento de algumas questões que às vezes, a gente dentro da escola não percebe ou não tem conhecimento. Rodrigo Cardozo, você está pedindo para entrar na Comissão ou no ensino Fundamental? Ou nos dois? Certo, obrigada, Rodrigo. Você vai entrar na Câmara d Ensino Fundamental e Especial? Certo, Rodrigo. Você pode se dividir com o Anderson aqui neste caso para não ficar muito sobrecarregado. Vocês podem entrar. Aqui entra só o Rodrigo mesmo, e no Infantil se o Anderson quiser entrar ou se o Rodrigo quiser entrar também, não tem problema. É possível. Certo. Esse foi o do Fundamental e Especial. Infantil, quem nós temos? Carolline Maia, eu Ana Lucia, Queila, o Robson, a Stela, a Marilza tinha se colocado no ano passado para entrar nesta Câmara e a Leila, não é, Leila? Sim, a Leila colocou que sim. Aline ‘Ana, provavelmente a Clicie ficará no CME.’ Sim, mas por enquanto eu vou deixar seu nome, está bem, Aline? Vamos aguardar aí porque você é uma Conselheira nomeada, você permanece até sair as nomeações e elas podem demorar um mês, um mês e pouco. Então você permanece, está bom? Isso mesmo, permanece representando por enquanto. A Carolline Araújo Maia ‘Eu posso ficar no Infantil ou nas Normas. Infelizmente terei que optar por uma das Câmaras.’ Então fique nas Normas, Carol. Eu diria. Porque você está realmente nos dois e aí pode sobrecarregar. Seria importante ter você. Quem mais gostaria de entrar no Infantil? Câmara então de Normas e Planejamento, integrantes: Ana Lucia, Ângela, Rodrigo Oliveira, Carolline Maia, Clicie, Domingas Fátima, Juliana Ferraz, Luiz Carlos, Marinês e Carol Hornig. Permanece todos esses que eu li o nome?” A Conselheira Juliana se pronuncia: “Ana, eu acho que eu Juliana vou pedir para sair dessa para ficar só em uma.” A Presidente Ana responde: “Está bem. Você vai ficar somente em qual?” A Conselheira Juliana responde: “Porque essas reuniões são presenciais, não é? Eu fico no Fundamental.” A Presidente Ana Lucia sugere: “Você pode se dividir com a Débora. Aí vocês conversam e me dão uma posição na próxima reunião ou depois. Não tem problema, pode entrar para conversar.” A Conselheira Carol Hornig pede para falar e diz: “Desculpa, Ana. Eu só consegui entrar agora, é que houve um imprevisto aqui na escola. Todas vão ser presenciais?” A Presidente Ana Lucia Rodrigues explica: “Não, conforme for nós podemos, se a Câmara achar melhor, nós podemos fazer online. Acho importante que você entre aqui Carol, porque você

representa o Sindicato. E nós sabemos que você é advogada também, não é?” A Conselheira Carol Hornig responde: “Claro, pode colocar. Eu peço até desculpas por estar meio ausente, está meio corridinho aqui na escola, mas aos poucos nós vamos nos adaptando aqui.” A Presidente Ana compreende e continua: “Isso. O Rodrigo pediu para entrar nesse também, acha que dá conta. Certo. Raquel, pode falar.” A Vice-Presidente Raquel inicia: “Eu só estou pedindo acesso ali em outro login porque estou saindo do celular, está bom?” A Presidente Ana Lucia pergunta se a Conselheira Stela ouviu o que a Vice-Presidente Raquel disse. A Conselheira Stela responde já ter liberado o acesso. A Vice-Presidente Raquel agradece e a reunião prossegue. A Presidente Ana Lucia Rodrigues continua: “A Ângela continua também, não é, Ângela? Ela já colocou sim lá. Mais alguém gostaria de entrar na Câmara de Planejamento e Normas? Ou sair? E a última que é a Câmara de Ensino Superior. Nós acabamos colocando, mas é a que menos, se tiver debate em relação a Ensino Superior. Nós temos então Ana Lucia, Nélio, Raquel e aí vou solicitar que a Karyn e a Carmem entrem nessa Câmara.” A Conselheira Karyn se manifesta: “Oi, Ana. Pode me colocar sim.” A Presidente Ana prossegue: “E a Carmem também porque são representantes do Ensino Superior. Se tiver algum assunto que nós tenhamos que discutir em relação a Ensino Superior, nós trazemos para a Câmara. Obrigada. Então essa fica as nossas composições das Câmaras, o pessoal que for entrando, os novos Conselheiros, nós iremos acrescentando a medida que eles também solicitem, portanto pode ter alguma reestruturação. Já temos documentos para serem analisados, e provavelmente a gente convoque. Além desses, nós temos o nosso Plano Anual de Trabalho do Conselho. Nós fazemos sempre no início do ano o Plano Anual de Trabalho. Eu coloquei aqui, como no ano passado nós fizemos a verificação de 2020, eu coloquei a de 2021, o Luiz já vai fazer a colocação para vocês analisarem. O que nós conseguimos vencer em 2021 e o que nós precisamos para 2022? Não vou deixá-lo fechado porque vou solicitar que os Departamentos também encaminhem as suas propostas, porque os Departamentos também têm as suas propostas. Lá no Plano Anual de Trabalho do CME. Eu acabei passando os traçinhos daquilo que nós conseguimos vencer. Claro que agora para este ano nós estamos elaborando o de 2022. Então em relação ao Plano Anual de Trabalho de 2021, a organização do Plano de Trabalho do Conselho 2021 OK, nós fizemos. A Lei de Sistema nº632/04 que nós precisamos reestruturar nossa Lei de Sistema de Ensino. Então este ano ela tem que sair realmente, não tem como ser diferente. Ela estar desatualizada, ela é de 2004 e nós estamos em 2022, daqui a pouco ela vai fazer 20 anos. Então nós precisamos só atualizar a Lei e fazer novas alterações. Como vai partir do Conselho, ela provavelmente ela deva, depois de atualizada, nós viemos para as discussões das Câmaras e claro, nós também iremos conversar com a comunidade. Deliberação do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano, nós não fizemos e também precisamos fazer este ano urgente. Nós também não temos a mais antiga. Ela é de 2005 se eu não me engano e ainda estava por série, 1ª série, assim como a Lei de Sistema, ela está como 1ª a 4ª série. Nós estamos 1º ao 5º ano a mais de 10 anos. Então ela precisa. São temas que precisam, a gente não retira, eles permanecem para estudos. Reclassificação – (Alunos Estrangeiros...), então nós também precisamos fazer a nossa Deliberação em relação a reclassificação porque os alunos vem do exterior seja da Venezuela, que agora vem mais, seja os haitianos que agora estão vindo bem menos, eles são classificados. Pelo Estado eles são classificados no ano pela idade. O que nós sabemos que não está de acordo porque precisa ver os conhecimentos

deles, a questão do que a criança tem de conhecimento. E aí claro, nós precisamos fazer a nossa Deliberação. A Conferência Municipal de Educação – PME 2022 que foi transferida de 2021 para 2022, então permanece. Essa questão da Conferência foi importante, saiu em janeiro os segmentos, as entidades que vão fazer parte do Fórum, os encaminhamentos tem que partir do Conselho para esse chamamento, eu não tive condições de fazer os Ofícios para esse encaminhamento, então, nós temos que começar isso imediatamente. Por isso que eu preciso de uma estrutura maior aqui para poder fazer isso. A Organização das Câmaras, então nós vencemos 2021, então entra para 2022. A questão das Vistorias nas Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Educação de São José dos Pinhais, tanto das públicas quanto das particulares, nós precisamos disso sim, é nossa função fazer essa fiscalização e vistoria, então é função da Divisão de Estrutura e é função do Conselho Municipal de Educação. Então nós vamos ter que organizar se vai ser feito uma ou duas vezes por semana, mas nós vamos precisar se organizar para fazer, e fazer o agendamento de carros. Isto está na nossa Legislação e deve ser cumprido. Então essas informações todas, nós vamos informar a Secretaria de Educação, é questão de disponibilidade. O ano passado, 2020/21 nós não fizemos isso, apesar de que 2020 as questões das denúncias, nós participávamos e íamos até as Unidades, imediatamente nós pegávamos os carros e já íamos as Unidades quando tinha a questão das denúncias e é isso que nós temos que fazer. Teve denúncia, é pegar um carro da Secretaria e ir onde está ocorrendo os problemas porque também, claro, não tem como ir com o nosso próprio carro. Até é ilegal isso. Estudo sobre a compra de vagas para a Educação Infantil, isso nós conseguimos fazer, nós fizemos até a alteração na Lei, então ok. Esse nós vencemos. A questão da segurança nas Unidades de Ensino públicas, o ano passado, nós tivemos um diálogo muito importante como o Secretário, o Secretário da Segurança, então é um diálogo que nós temos que ter todo ano, acredito que tem que continuar porque ainda continua a questão dos roubos das Unidades de Ensino e isso tem que ser bem cuidado ainda. Todos os anos, questão de anual mesmo. A Eleição de Diretores das Unidades Públicas nós vencemos, mas a Prefeita já solicitou até em reuniões, que nós temos que fazer essa verificação de atualização da Lei do Conselho. Então, esse vai entrar como um tema para nós fazermos verificação de alteração da Lei. O Decreto Municipal nº920 que regulamenta o artigo nº45 da Lei nº525/2004 na quantidade de professores e pedagogos. Com a nossa Lei de Sistema, quem faz isso é o Conselho. Não é mais um Decreto que sai, nem do Prefeito e nem uma Portaria da secretaria Municipal da Educação. É o Conselho que faz isso, o Conselho Municipal de Educação. Para quem tiver dúvidas é só verificar, Londrina fez isso, Guarapuava fez isso, Curitiba também fez. Isso sai do próprio Conselho para dizer quantos Pedagogos tem que ter nas Unidades, quantos professores vão ter nas Unidades, então é através do Conselho. Claro que nós vamos ouvir a Secretaria, claro que nós vamos ouvir a comunidade, mas parte do Conselho Municipal de Educação. E aí como eu já ouvi 'Ah, mas tem um Decreto da Prefeita.' Decreto é de 2004, o Decreto nº920 está atrelado até a questão da Lei de 2004. E a nossa Lei também é de 2004, só que a nossa Lei é de final de ano. Então ele passa ao Conselho as atribuições todas que são da Educação. A participação da elaboração LOA/LDO da Lei de Diretrizes, a questão das Leis Orçamentárias, e aí claro, o que nós precisamos, até o Aldrian falou 'Ana, tem que aumentar realmente o orçamento que está em 25 mil.' Então gente, este ano nós vamos fazer a nossa proposta, vai Deliberar aqui para ser encaminhada no período correto e já encaminhar para a

Secretaria Municipal de Educação. Nós só precisamos ver o período correto, mas nós já podemos fazer esse encaminhamento. O próprio Secretário disse que é muito baixo esse orçamento para o Conselho, até porque não é só pra o Conselho Municipal de Educação. Os outros dois estão subsidiados a nós, subsidiados até para os recursos, eles tem que pedir ao Municipal de Educação. Mas nós precisamos fazer sim, aumentar o nosso orçamento. Porque é 25 mil há muito tempo, desde que eu entrei no Conselho. A questão da Terminalidade da EJA – Escola Municipal Madre Paulina, essa permanece, nós temos que fazer isso esse ano. Até conversei com a Clície, já tem uma proposta curricular da Madre, mas a questão da Terminalidade, então nós vamos trazer isso até porque está atrelado a um Parecer feito dentro do Conselho Municipal de Educação que é de 2020. A Deliberação da EJA então que se faz necessário porque teve alterações que veio pelo Estado, que veio da Nacional, então agora nós também precisamos fazer da Municipal. Validação das Atividades Pedagógicas Não Presenciais 2021, etapa vencida. Não temos mais a questão de validações para o ano de 2022, então foi até encerrando o final de ano de 2021. A Reestruturação CME/SJP eu vou permanecer porque a nossa Lei é muito clara. Então tem os itens que ainda não foram vencidos e precisam ser vencidos em relação ao Conselho Municipal de Educação. Na questão da Estrutura de recursos humanos, na questão da gente vencer as nossas próprias tarefas enquanto Conselho e na questão do próprio local de trabalho. Então realmente nós precisamos rever e todo ano ver o que falta. Conseguimos finalmente uma máquina de Xerox, a primeira que veio, veio estragada, mas imediatamente já veio a próxima. Ela está aqui, deixa eu ver se consigo mostrar para vocês, está aqui atrás de mim. É uma Multifuncional, ela é impressora, faz cópias, faz scanner, então perfeito. Uma máquina para os Conselhos que é perfeito. Então isso nós já temos. Veio mais um computador, mas ele não veio com visor, então nós continuamos utilizando os recursos próprios nossos. Questão de fone, questão da web cam, porque não veio, para o Conselho não veio. E ainda assim nós vamos precisar. E a questão dos Recursos Humanos, pessoas, na nossa previsão de Lei ela tem, nós precisamos de uma pessoa do administrativo, nós vamos precisar de pessoas que tenham dedicação até porque nós também temos os outros Conselhos para que também façam parte, e que tenham as pessoas, não as pessoas que estão trabalhando em setores que tenham que estar fazendo Ata e cuidando das questões do Conselho de Alimentação ou do FUNDEB, mas que tenham as pessoas próprias dentro do setor dos Conselhos que façam isso. Mesmo essas pessoas dos setores estando lá, porque o Secretário Geral de um Conselho não precisa necessariamente estar disponível e ir fazendo, ele pode passar as orientações e as pessoas que estão disponíveis, que nós falamos que é a questão do administrativo, eles vão poder fazer esse trabalho. É assim em qualquer outro Conselho Municipal. E como eu digo para vocês, pelas viagens e por dar orientações e por dar formação tanto para Conselheiros, quanto para Secretários de Educação, Londrina, por exemplo, para cada Conselho tem duas, três pessoas, o Conselho Municipal de Educação de Londrina tem 9 pessoas disponíveis para o Conselho. O Conselho de Curitiba tem 12 pessoas disponíveis para o Conselho. São Municípios grandes. Telemarco Borba é um Município pequeno e ele tem uma pessoa disponível lá para o Conselho, mas tem as pessoas que na hora que precisa estão todas lá disponíveis para poder auxiliar. Mas tem outros Municípios e a maioria deles todos têm em torno de 4/5 pessoas que auxiliam e nós vamos chegar lá em relação aos nossos Conselhos também. Quando nós falamos, é do Conselho Municipal de Educação, sem falar dos

outros Conselhos. Se nós tivermos pelo menos uma pessoa para o Alimentação, uma pessoa para o FUNDEB e a Estrutura adequada que nós precisamos para o Conselho Municipal de Educação também. E sobre o local do Conselho, é uma conversa que nós fizemos com a Secretária Ema quando ela entrou em 2017 e ela teve aquela previsão que quem é mais antigo no Conselho sabe, que foi feito toda uma estrutura lá no CAEP, em cima do CAEP que seria para os três Conselhos, aí com a saída da Professora Ema, entrou o professor o Imar e não teve mais essa possibilidade. Então ficou toda para o CAEP porque eles tinham essa necessidade de um espaço maior, então os Conselhos não foram. E nós viemos dialogando. O ano passado quando entrou o Secretário Aldrian, então essa conversa nós tivemos também que era necessário ter um local para o Conselho Municipal de Educação e logicamente para os outros Conselhos. Terça-feira eu sai para verificar uma casa, mas essa casa além da distância, era pequena. Porque além do Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Alimentação e o Conselho do FUNDEB, terá que ter um espaço também para o Núcleo de Educação do Estado. O Núcleo de Educação do Estado hoje está junto com o PROCON, ali ao lado da Prefeitura, no prédio com salas comerciais. E claro, o PROCON de São José cresceu nesses dois anos, é um trabalho que o Jaiderson tem feito, e cresceu, é claro que ele precisa de um espaço maior para o PROCON. Para o trabalho efetivo do PROCON. E aí claro o Núcleo de Educação acabou vindo para dividir com o Conselho Municipal de Educação. Eu até fiz uma verificação aqui nos locais do Estado para ver se tinha uma sala para poder negociar que eles fossem para essas salas, mas não foi possível também. Os locais como CEEBJA, o Silveira da Motta, eles não tem salas disponíveis o dia todo para poder fazer uma negociação com o próprio Estado. Isso nós conseguimos até ter um diálogo maior, diretamente com o Renato Feder, mas não tem esse espaço disponível. Então não tem como ser pequeno, essa além da distância, seria pequeno. O que nós estamos pedindo é para que seja um local (...).” Neste momento, houve uma interferência causada por falta de conexão via internet. A Presidente Ana acabou se desconectando. O Conselheiro Luiz explica o ocorrido e avisa que logo voltará a conexão. A Presidente Ana Lucia retorna: “Autonomia Financeira do Conselho então que é a questão que ele vai acabar entrando na questão orçamentária também. A Leila está pedindo a fala, mas só deixa eu falar da questão financeira. Mesmo tendo a disponibilidade, o que vem, nós também teremos que colocar essa questão da autonomia financeira do recurso vir diretamente para o Conselheiro. Porque o ano passado, por exemplo, o dinheiro, os 25 mil, se nós não utilizamos, nós não sabemos nem o que aconteceu com esse dinheiro. Só assim falando para vocês. então ele é e não é do Conselho. Então nós temos também que fazer essa verificação. Tem Conselhos que tem autonomia financeira e são independentes nessa questão. Aí entra a questão até de utilização da contabilidade da própria Secretaria que vai auxiliar assim como as próprias escolas que recebem o dinheiro, da utilização do dinheiro e a prestação de contas que é muito importante. Leila, pode falar.” A Conselheira Leila inicia: “é só uma dúvida ali sobre a sede. Então, por hora, o Conselho permanece no mesmo local, ainda continua sem sede. É isso?” A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde: “Sim. Nós continuamos aqui dentro da Secretaria de Educação. O espaço não é adequado, para quem já veio aqui sabe que ele não está adequado. Eu estou aqui nessa sala, para colocar as duas estagiárias como nós recebemos as duas estagiárias, nós tivemos que trazer uns armários aqui para esta sala. O que nem visualmente está bacana de olhar. Fica bem complicado de olhar. Então, nós precisamos realmente ou de um espaço maior, ou de

um espaço próprio nosso. O ano passado, a própria Secretaria, quando o Secretário entrou não tinha esse espaço que vocês sabem que agora é do administrativo e quem é mais antigo sabe que nós tínhamos reunião lá porque ele era da Prefeitura, a Prefeitura depois entregou, era do GGI e o GGI emprestava esse espaço para nós termos as reuniões. Por isso que nós soubemos daquele local. Quando o Secretário entrou nós fizemos essa colocação para ele porque em dezembro, quando nós soubemos que era o próprio Aldrian que viria, então nós tivemos uma conversa, a primeira pessoa a conversar com o Aldrian fui eu em dezembro. Nós conversamos e eu fiz todas as colocações importantes, tudo que era necessário, inclusive a questão da sede que nós tínhamos intenção de alugar e que fosse aqui atrás, para pelo menos nós focarmos próximos da Secretaria. Foi alugado, mas não sobrou nenhum espaço para o Conselho Municipal de Educação. Então nós precisamos ainda de um espaço próprio. Eu também apresentei depois de ter visto este local que era a casa, nós verificamos, para quem sabe, onde era a FPM, são duas quadras após, a pé não dá para ir. Eu tive que ir como meu carro, não tinha carro disponível para poder utilizar e chegar lá. E uma das pessoas que foi comigo disse 'O Conselho pede um carro que fique disponível para o Conselho.' Não tem como, nós sabemos que a própria Secretaria tem dificuldades com as questões dos carros. Para uma máquina de Xerox foram 5 ou 6 anos para eu pedir para chegar uma máquina ideal, imagine um carro para chegar. Se nós tivermos autonomia própria, aí nós temos condições de até quem sabe de comprar um próprio carro para o Conselho. Mas sendo que seria próprio da gestão, da organização do Governo dar todos os recursos disponíveis. Como eu digo, tem Conselhos que têm seus próprios carros mesmos. Nós fizemos as pesquisas e eles colocam que têm os carros, claro, todos cedidos pela própria Prefeitura. Deixa eu ver ali as colocações. O Luiz colocou 'Ana, e essa casa grande próxima a SEMED que está para alugar há tempos, não dá para todos?' Daria, Luiz. Até o Secretário, quando eu coloquei para ele que era longe, que era distante, que era pequeno e que era difícil até pela questão do Núcleo, porque nós sabemos que o Núcleo de Estado, e você que é do Estado sabe que, o Núcleo lida com professores, com pais de alunos, com escolas exatamente como nós lidamos aqui na Secretaria. Se ficar distantes para eles, isso vai dar um problema muito grande e vai até para a mídia. Pode ter certeza. Mas essa do lado que eu passei, passei do lado do PROCON, tem umas salas comerciais ali com o mesmo valor desta casa e alguns outros locais em sala comercial também que nós passamos. Eu passei para o WhatsApp do Secretário e ele deve ter passado para fazer essa verificação. Talvez com dois órgãos, como o Núcleo de Estado e com o Conselho Municipal de Educação e os outros Conselhos, uma casa pequena não dá e talvez uma casa não seja o ideal. Uma sala comercial talvez nós nos organizemos melhor. Claro, uma sala comercial com mais de 100 metros quadrados, senão não dá. O Fábio coloca 'esta casa que você foi verificar, é central? Porque a localização dos Conselhos devem ser centrais, principalmente por acesso as populações em geral, e ter uma sala para todas as reuniões para todos os Conselheiros.' Então, isso é o que está lá na nossa Lei e o no nosso Regimento, nós somos 40 Conselheiros, então tem que ter a sala de reunião para os 40 Conselheiros. Isso era previsão da organização em cima do CAEP feita pela Secretária Ema, ela cumpriu todas as etapas, todas, para poder ter a sala. Estava cumprindo a Legislação corretamente. Na casa não cumpre. Leila 'Seria interessante ser próximo a Secretaria e na região central.' Exatamente, Leila. Tem que ser próximo, porque se nós tivermos que pegar um carro para chegar, já sabe que o custo é muito mais da gente e é muito mais difícil. O Anderson 'Tem em

frente ao portão da Prefeitura.’ Também já vi Anderson, e lá a própria Prefeitura, ela mesma, a pessoa, eu fui lá verificar com a pessoa, olhei o espaço, é um espaço pequeno porque é só uma sala que ela tem e um mezanino. Mas ela mesmo disse que a Prefeitura não vai poder alugar porque ela tem uma questão trabalhista no nome dela e aí a Prefeitura não pode alugar. ‘E do lado do antigo hospital Talamine?’ Esse eu não sei. Essa eu não sei, Anderson. Eu sei que é aqui para baixo, perto do Shopping, não é? Esse eu não consigo te dizer. Mas a questão de casa para 2 Órgãos, ela é pequena realmente. Não dá certo até porque precisa ter um espaço para reuniões. Lá está colocando auditório. Por que pode funcionar dentro de uma Secretaria? Ela pode, não teria nenhum problema. A Secretaria tendo esse espaço, dando esse espaço para reuniões, até pode. Mas tendo a sede própria, tem que cumprir o que diz lá, o que está escrito em sede própria e tudo que tem que ter na sede própria. O Fábio ‘Aquele imóvel que estava a Receita estadual que está vazio, o Núcleo não conseguiria para nós?’ Dá para nós fazermos a verificação.” O Conselheiro Luiz se coloca: “Então, Fábio, eu passo lá todos os dias e já faz tempo já que está a Polícia. Não sei qual é o destacamento que está lá, mas já foi feito lá o aluguel para eles pelo jeito. Esse que você está falando que é bem do lado daquele estacionamento da Câmara Municipal, não é?” O Conselheiro Fábio responde: “Fica perto daquela pracinha, uma quadra antes da Câmara ali. Antiga Receita Estadual, sei que esse prédio está vazio ali. A última vez que passei está tudo vazio ali ainda.” Conselheira Caroline Hornig comenta: “Para mim que estava para a Polícia mesmo.” A Presidente Ana responde: “Agora eu lembrei, parece que é a Polícia mesmo. Eu também passei ali e lembrei porque tinha um carro atravessado. Eu vi que tinha. A Ângela pergunta ‘Oi, Ana, como você quer implantar a Autonomia Financeira para o Conselho? Tem algum projeto?’ nós temos o nosso regimento que fala da questão do Fundo Municipal de Educação, o que da também a autonomia para a Secretaria, porque hoje tudo tem que passar pela Prefeitura. Porque nós não nós temos. Se nós tivermos um Fundo Municipal de Educação, esse dinheiro pode ser utilizado tanto pelo Conselho, quanto pela própria Secretaria de Educação para alguns fins, alguns objetivos que não precisa necessariamente passar pela Prefeitura hoje. Até pela questão do próprio aluguel de algum local que seja para Conselho ou para outro que a Secretaria precise. Nós temos o nosso Regimento, essa questão, nós podemos aprofundar, por isso que eu falei, a questão da autonomia do Conselho, nós vamos ter que sentar, estudar e fazer essa verificação. Os grandes Conselhos já tem essa Autonomia Financeira. O Anderson coloca ‘Na esquina com o Condor, era uma imobiliária.’” A Conselheira Caroline Hornig comenta que é aonde era a Ribeiro. A Presidente Ana Lucia Rodrigues então, diz: “Acho que eu também já ouvi falar. E em um outro local que é aluguel, hoje que funciona o Cantiga de Roda, o Cantiga de Roda vai para onde era o Opção que é do lado ali do Condor. Ele será todo reformado e será o Cantiga de Roda. Claro que ali ele será grande para o atendimento. O próprio Cantiga de Roda tem um espaço, uma casa, nós sabemos que é aluguel, também precisaria de uma reforma, mas é um espaço excelente, é central para os Conselhos e para o Núcleo, porque ele tem uma divisória. Eu passei por lá, nós fizemos a verificação até pelo Google Maps para verificar os espaços. E conversando também com a Sara, ela disse que tem salas suficientes para isso, e o refeitório, até por fotos que eles colocam, eu fui olhar as fotos deles no Facebook, eles tem um refeitório que foi construído que poderia ser a sala de reuniões. Isso eu já até falei para o Secretário também. Ali é um espaço bom. Mas o que as meninas me falaram é precisa de

reforma, é uma casa mais velha. Apesar de que casa velha nós temos bastante aqui no Centro de São José dos Pinhais. Mas esta casa que eu fiz a verificação, realmente ela é longe. Quando nós falamos de sala comercial, por exemplo, eu vi uma sala comercial grande de cento e poucos metros, e ela é dentro de um prédio comercial, quer dizer, não vai pagar a questão de segurança. Uma casa você tem que pagar a questão da vigilância e colocar alarme para poder funcionar. Senão vamos chegar igual as escolas, vai acontecer conosco exatamente a mesma coisa que acontece com as escolas, é roubo. Vão entrar, vão roubar e nós vamos ficar sem material, e você sabe a dificuldade para conseguir as coisas. Isso é muito ruim. Eu, por exemplo, não sou muito favorável na questão da casa. Uma sala comercial, então, como já tem esse espaço onde funciona o PROCON, é ideal, é muito próximo. Aí é só fazer as divisórias e fazer a colocação. Ele tem um espaço embaixo e um espaço no segundo andar em cima também. O Núcleo vai usar um pequeno espaço, não é tão grande e nós podemos usar onde fica a parte do Núcleo também, utilizar como auditório. E o administrativo dos Conselhos funcionar na parte de cima. Isso eu passei para o Secretário, e ele vai fazer essa verificação, ele deve ter mandado para o pessoal que é responsável por esse setor. Mas sim, nós temos que fazer cumprir a Legislação. Mais alguém gostaria de falar? Quando for a questão de contratação de materiais, eu entreguei a Legislação para o Secretário e eu acredito que essa questão da localidade, nós também fazemos o encaminhamento também se vocês concordarem, nós também podemos fazer esse encaminhamento do cumprimento da Legislação. Mas ele sabe, já é de conhecimento do Secretário também. E ele tem medido esforços para poder fazer isso para nós. Inclusive o Fábio esteve conversando com ele, não é, Fábio? O Fábio esteve aqui na Secretaria. Você quer falar Fábio?” O Conselheiro Fábio se manifesta: “Eu conversei com ele, eu até cobre dele sobre a estrutura, sobre o Conselho porque nós temos que ter uma estrutura. Nós não podemos ficar dependendo dos outros como nós estamos dependendo hoje. E nós temos que parar de ser Nômades como nós estamos sendo. Isso eu cobre dele aquele dia também. Mas a critério, a princípio seria só isso mesmo. E uma sala que deveria ser um lugar meio central para a população chegar, não é? De fácil acesso.” A Presidente Ana Lucia prossegue: “Certo, Fábio, obrigada. então eu também estava presente junto com o Fábio quando nós tivemos essa conversa com o Secretário, que os Conselhos precisam ficar em um Local Central tanto pelo contato com a Secretaria, mas principalmente com a questão da comunidade. Nós fazemos essa representação de comunidade, da comunidade. A Raquel coloca ‘Só complementando, é necessário mesmo a estrutura mínima para melhor funcionamento do Conselho e as conversações que vem de fato ocorrido, mas são questões complexas carentes de soluções.’ Então nós precisamos caminhar e avançar essas questões. A falta de estrutura está complicando nos trabalhos do Conselho hoje. Então isso eu tenho colocado e nós precisamos melhorar isso realmente. Organização das turmas (períodos) nas Unidades Públicas de Ensino que foi uma denúncia que chegou, uma ou duas denúncias em 2020 que chegou, nós colocamos aqui que é a questão de que existem Unidades que colocam pela manhã para atender 4° e 5° ano e a tarde atender 1°, 2° e 3° ano. Os pais reclamam da questão de que eles precisam que os filhos fiquem no mesmo período. A grande maioria das Unidades, desde que saiu o Decreto, ele é antigo, eu não consegui ainda resgatar esse Decreto, aliás, não é um Decreto, é uma Portaria de uma antiga Secretária, não sei nem se é um Secretário, que colocou que as unidades tem que ofertar todos os anos nos dois períodos. E nós sabemos que

tem Unidades aí que se organizam dessa forma colocando 4° e 5° ano de manhã, e 1°, 2° e 3° anos a tarde. Então nós precisamos ver esse levantamento, estudar e ver o que nós podemos organizar porque nós precisamos realmente fazer atendimento ao público. Não tem como uma família chegar lá e 'Eu preciso colocar o meu filho que está no 1° e no 4° ano.' Aí a mãe tem que colocar, chegar nessa Unidade que é próximo da casa dela, ela tem que colocar um de manhã e um a tarde. Aí ela tem que contratar uma pessoa para poder ficar com as crianças. Esse é um problema, Carol. Não se atende ao público. Eu era Pedagoga no Narciso, agora estou aqui no Conselho, mas no Narciso também funcionava dessa forma, e desde que veio essa Portaria foi organizado e lá se oferta 1° ao 5° ano nos dois horários. Nós não tivemos mais reclamação em relação a isso. Então, acredito que esse tema deve permanecer. A questão das vagas provisórias no Concurso de Remoção, que foi também uma denúncia que chegou, que nós temos que fazer essa verificação, mas o ano passado eu consegui acompanhar, nós acompanhamos um pouco melhor. Quem está trocando, foram denúncias que chegaram até do próprio Sindicato, a pessoa ela é fixa, mas aí por qualquer outro motivo, ela troca de Unidade de Ensino. Trocando de Unidade fora da remoção, ela teria que ficar com a vaga provisória. Em 2020 e 2019 isso não aconteceu. Ela acabava ficando com a vaga fixa, saindo de uma fixa ela passava de um período de uma vaga fixa. Isso chegou, então nós deixamos aqui para fazermos a verificação. Eu conversei bastante com o Rodrigo, e realmente os nomes que apareceram, realmente estavam para entrar nas escolhas de vagas no final do ano. Nós deixamos para nós irmos acompanhando, acredito que seja acompanhamentos que nós temos que fazer de forma anual. Os critérios de escolha de turmas, o que nós temos, o que nós falamos na questão de 1° ao 5° ano, que foi uma Portaria que saiu, mas que sim, possa sair do próprio Conselho Municipal de Educação, então ele permanece. Acompanhamento e avaliação do Referencial Curricular Municipal SJP ficou para esse ano, então é esse acompanhamento que nós vamos fazer esse ano também, tem que avaliar, precisa do assessoramento novamente, esse é o estudo. Na época do nosso Referencial quando ele foi, nós fizemos os estudos em cima da BNCC, nós recebemos um assessoramento para fazer essa construção. Houve um grande estudo na Secretaria de Educação e saiu o nosso Referencial. Ele precisa ser avaliado, então nós precisamos dar continuidade a esse assessoramento também porque é hora de avaliar. Então ele permanece. Cursos – formação por núcleos, isso tem sido feito pelos Departamentos, nós podemos acompanhar melhor este ano. Distribuições de merendas e uniforme escolar foram feitas. Vocês sabem. A questão das merendas 'ok', isso é feito regularmente e o uniforme escolar, foi feito agora no início do ano. Inclusive o Fábio denunciou, eu passei para o Secretário e teve família que recebeu e colocou para venda o Facebook. Uniforme escolar que ela falou que eram usados, mas não eram, eram novos. Então nós também temos que ficar alertas e nas entregas, os Diretores, o pessoal da escola tem que ficar muito atento, só entregar realmente o uniforme se a criança está lá estudando, se serve para a criança, porque senão eles colocam para venda mesmo. Ensino Híbrido nós vencemos ano passado. A eleição para Presidente também nós vencemos. A Guarda de Documentos nas escolas precisa realmente sair, o Estado tem isso, O Conselho Estadual deliberou sobre a questão de documentos que hoje, o que precisa, nós temos que conversar com a questão de Documentação Escolar para fazer esse estudo, então ele permanece. A Deliberação do Calendário de 2022 nós vencemos, então agora tem que pensar no 2023, e assim como os calendários das

Unidades Públicas e privadas, então isso é anual, nós teremos sempre. Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação – PME entra com a conferência, então só para explicar, queremos a Conferência intermunicipal, agora ela tem que ser feita até o dia 29 de abril. A intermunicipal envolve, municipais intermunicipais, mas com o estudo da CONAI do Plano Nacional de Educação. Então essa é até o dia 29 de abril. Na semana nós teremos as Regionais que são dos Núcleos Regionais, o nosso é área metropolitana sul, mas é da semana do dia 02 à 06 de maio. E aí, claro, São José dos Pinhais, vocês sabem que área metropolitana sul é para ser São José dos Pinhais, é um Município sede. Claro, provavelmente seja online porque a orientação agora é de ser online por enquanto. A nossa Conferência Municipal de Educação não precisa ser até o dia 29 de abril. Nós temos uma previsão de abril, mas por que a nossa Conferência vai ser em cima do nosso Plano Municipal de Educação. Por isso que nós não seguimos a mesma data. Eu conversando com o Aldrian, nós tínhamos a previsão de fazer em maio, mas tem outras prioridades primeiro. Primeiro nós precisamos, nós vamos organizando, vamos fazer a reorganização do Fórum e ver também essa questão da falta de professores nas Unidades de Ensino. Então esse agora é a nossa prioridade. E sim, nós vamos precisar dos nossos profissionais para estudos, então não tem como tirar profissional nesse momento, os profissionais das escolas. Nós precisamos fazer toda essa reorganização. Então tem uma previsão, provavelmente saia em maio ou em junho, mas a nossa Conferência Municipal será sobre o nosso Plano e aí entra monitoramento e avaliação que nós precisamos fazer, avaliação do Plano Municipal de Educação. E aí o estudo, esse entrou para nós pensarmos a questão de estudo sobre as classes especiais somente se houver Legislação aprovada, e não tem, essa não tem Legislação aprovada. Não saiu. Algumas pessoas fizeram questão de colocar, até foi a Elmarie que fez questão de colocar, nós deixamos. Acho que a Fátima também colocou, mas nós não temos Legislação sobre isso. E a Deliberação da Educação Infantil que nós até colocamos por último essa questão, porque como nós vínhamos fazendo estudo até duas vezes no ano na questão da Deliberação Educação Infantil, nós deixamos ela por último para também vencer as outras. Ela tem que continuar porque nós precisamos ver aí algumas questões que estão em debate, a questão de número de crianças das salas de aulas, eu tenho o documento que chegou do SINSEP, precisa ver a questão de alimentação do local disponível, também tem um documento que eu vou colocar para vocês sobre a questão da merenda e isso quando nós fizemos a alteração nós demos um prazo de dois anos para estudar, mas com a Pandemia nós não fizemos porque tem que ser uma visita presencial, uma fiscalização presencial, e aí sem aula presencial não tinha como fazer isso também. Mas nós vamos verificar se está funcionando, se não está funcionando oficialmente. Marilza pode falar.” A Conselheira Marilza faz a seguinte colocação: “Aproveitando para falar um pouquinho da Deliberação da Educação Infantil, Queila pode me ajudar porque nós estamos no CMEI sentindo isso, em relação que teve aquela mudança, aquela adequação para as faixas etárias e não adequou a questão dos profissionais, isso tem sido um dilema bem grande dentro das Unidades, tanto no Infantil 3 quanto no Infantil 4, que aí nós temos aquela questão de quem é Educador e quem é Professor. E as crianças são muito pequenas, as estruturas da grande maioria dos CMEIS não são adequadas para esse atendimento, nós não temos banheiro nas salas, e aí se tiver só um profissional, como é que faz isso? Essa questão também das Educadoras, que o nosso Município, nós estamos discutindo isso há mais de 10 anos que nós precisamos

pensar em professor na Educação Infantil 40 horas e não mais esse Educador Social que também é quantitativo. Não é mais o suficiente. Com essa debandada desses Educadores para assistência também. No caso da Unidade em que eu atuo, teve 3 que foram para assistência porque sentiram que o trabalho delas lá é muito mais vinculado ao Educador Social do que é no CMEI. Acho que tem um monte de coisinhas que nós precisamos conversar e ver para ir adequando, precisa planejar isso porque senão entra Secretário, sai Secretário e não é má vontade dos Secretários porque a cada Secretário que entra, nós fazemos essa mesma discussão. Acho que está mais do que urgente a questão de nós pensarmos isso enquanto Conselho Municipal de quando pensamos nessas realidades para que nós possamos também conversar com o RH, com a própria Secretaria para pensar. Ali nós vamos falar desse quantitativo de professores nas Unidades, é mais do que nunca um momento especial para nós falarmos isso. Não dá mais para deixar que isso continue como está porque não está adequado. Está assustador para nós que estamos nas Unidades. Está muito, muito difícil. É um pedido delas assim, das Educadoras e das Professoras para que a gente pense nesses espaços e nessa organização de forma urgente.” A Presidente Ana também se coloca: “Certo, Marilza. Só para fazer a colocação para você, eu tive uma conversa com o Secretário sobre essa questão e até conversamos a Deliberação, ela não coloca que tem que ser Professor ou Educador, a Deliberação diz assim ‘Infantil 1, 6 crianças. Um Professor/ Educador.’ Haverá problema se colocar Professor e Educador? Não. Não tem problema. Assim como o Infantil 2, o Infantil 3, não tem existe nenhum problema porque o Professor vai atuar na área de Professor e o Educador vai fazer o seu trabalho em relação ao que ele realmente atribui, a sua função. Porque o problema hoje do Educador, um dos maiores problemas é dizer que está fazendo o trabalho de professor e ele não é professor, então tem que fazer o cargo de Educação Infantil. Mas querem fazer essa transposição do Educador para a Educação Infantil. Já houve vários estudos em relação a isso, e não é possível. Tem que criar o cargo do Educador Infantil? Acredito que sim. Acredito que tenha que criar sim este cargo do Educador Infantil que é aquele que tem que atuar 40 horas e que vai atuar com o período integral porque o professor é meio período, ele é 20 horas.” A Conselheira Marilza comenta: “Exatamente. E está lá no nosso Plano Municipal, não é, Ana?” A Presidente Ana Lucia concorda e diz: “Exatamente. Lá no nosso Plano também tem essa previsão. Mas, por exemplo, neste momento com esta falta, por que não o Professor? Por que não o Professor e o Educador juntos para atender? Umas pessoas até perguntas assim ‘Nossa, mas professor vai atuar lá no Infantil 1 e 2?’ Bom, nas privadas eles atendem e em outros Municípios também porque ele está lá para isso. A preocupação é ‘Mas ele vai ter que trocar fralda?’ sim, nós temos a questão do nosso Estatuto e ele tem quais são as atribuições do professor e quais são as atribuições do Educador. Então por isso, por que não atendente de creche que já está ou Educador que está? Então são questões que vão ser conversadas, mas não há nenhum problema de ter e não tem nenhum impedimento do professor estar no Infantil 1 e 2. Esse não é um impeditivo. Até inclusive a LDB prevê professor em todas as modalidades. Então, o problema que nós temos e a verificação que nós percebemos, até porque foi a questão da nossa Lei do Conselho e ela levou 6 meses porque o Sindicato barrava porque queria colocar o Educador, queria colocar uma representação do Educador dentro do Conselho e a PGM barrou. E ela dizia que era o Conselho, mas não, foi a PGM que barrou. E qual era a explicação? Ele não é da área da Educação, então ele é da assistência tanto é que o PSS só pode sair para

professor e não pode sair para Educador, porque o Educador é da Secretaria de Assistência. Se tiver que fazer PSS, é ela. E neste momento a Secretaria da Assistência não está com problema de falta de Educador, porque nós tivemos uma, como diz a Marilza, uma grande quantidade. Com a Pandemia, eles solicitaram que os Educadores fossem auxiliar a Assistência e a Saúde, principalmente a Assistência, e elas saíram da Educação, foram para a Assistência, gostaram e ficaram. Elas são dessa Secretaria. Não tem como dizer que vai fazer com que elas fiquem. Mas o problema com a questão do Sindicato é que querem valorizar as Educadoras que sabem dar aulas, que tem formação, mas nós sabemos que isto é difícil. Na época eu falava e hoje continuo falando a mesma coisa, mas com a minha formação em Direito, Advogada, eu não quero mais trabalhar como Pedagoga, eu vou atuar lá na PGM e eu vou brigar porque eu quero uma vaga lá dentro. É a mesma situação e não pode. O meu concurso é de Pedagogo, então eu vou seguir o meu que é de Pedagogo. Não existe essa transposição de cargos dentro da Prefeitura. Alguns Municípios conseguem fazer isso, mas ao Tribunal de Contas, tiveram que passar por vários, aí eles aprovaram. São José não consegue porque a Secretária Ema, na época, também fez uma consulta, o Tribunal de Contas barrou imediatamente. E não é só a PGM que barra, são outros setores que barram, e aí pensam que é má vontade da Prefeitura. E não é má vontade, gente, é questão de Legislação mesmo. O caminho é criar o cargo de Educador, do professor de Educação Infantil como Curitiba fez. Ele tem e outros Municípios também fizeram e criaram esse cargo. Louise.” A Conselheira Louise se manifesta: “na verdade eu ia fazer uma pergunta, Ana, nessa questão que você colocou do professor da Educação Infantil, o Educador da Educação Infantil. Seria um Educador direcionado específico de um outro cargo criado para o Educador da Educação Infantil, seria isso? Não seria da Assistência Social, isso que você colocou?” A Presidente Ana responde explicando: “Não, o professor da Educação Infantil é um professor da Secretaria Municipal de Educação, e aí seria aquele que tem a sua formação, mas contratado 40 horas. É o professor contratado para 40 horas, não 20 horas. E está lá para trabalhar na Educação Infantil, principalmente do 0 ao 3 que é o do período integral. É isso que acontece nos Municípios.” A Conselheira Louise comenta: “Igual Curitiba que faz docência 1 e docência 2. E só para complementar ali a fala da Leila sobre o desespero dela enquanto atua como professora, como pedagoga na Educação Infantil, acho que é o meu desespero como mãe. E sendo professora da Rede, como mãe, tendo filho na Educação Infantil é um tanto desesperador também porque nós conhecemos currículo e tem muito esse paradigma de Educador, do papel do Educador e aí se barra o que está no Currículo que é para ser trabalhado, mas o Educador não pode trabalhar. Aí a Pedagoga executa, mas o Educador se indispõem e não quer fazer. Então realmente essas questões tem que ser bem conversadas como a colega comentou.” A Presidente Ana Lucia passa a palavra para a Vice-Presidente Raquel que inicia: “Oi, Ana. Só rememorando o que você falou da sequência deste documento com as demandas dos outros Departamentos, se nós falamos agora ou o que vai incluir? Sobre esse cronograma do ano do CME, se as outras demandas que temos vai.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde: “Não. nós estamos ainda nesse tema para ver. Nélio, você quer falar?” O Conselheiro Nélio se pronuncia: “Desculpa, Ana, eu não havia ligado o áudio. Nós temos recebido no Gabinete alguns Diretores de CMEIs com essa reivindicação e assim, nós estamos fazendo um estudo da possibilidade da modificação da Legislação. Mas é claro que para que isso ocorra, nós vamos precisar de um Parecer

favorável do Tribunal de Contas. Nós vamos entrar com pedido de análise dessa modificação, e aí dependendo do Parecer do Tribunal de Contas nós trazemos alguma novidade aqui também para vocês para ver se de repente com o apoio aí do Conselho, nós conseguimos pontuar na Câmara, de repente até modificar essa Legislação para dar a possibilidade do profissional de Educação Infantil.” A Presidente Ana questiona: “Exatamente, o que vocês estão propondo é criar o cargo?” O Conselheiro Nélio responde: “Isso mesmo, como foi feito em Curitiba.” A Presidente Ana Lucia compreende e continua: “Ok. Então esses aqui foram os temas colocados em relação ao que foi do ano passado. Agora nós vamos colocar aqui os temas para este ano. O que nós já tínhamos são algumas previsões que nós temos, o que já havia sido colocado. E eu tenho algumas que chegaram aqui para nós. Nós vamos solicitar que a Educação Especial e o infantil, ele também faça porque o Fundamental perguntou se poderia trazer algo para o Conselho discutir e nós dissemos que não teria problemas. Isso foi agora de manhã. Então como nós colocamos que eles poderiam, nós também vamos solicitar para o Especial e o Infantil também possa. Apesar de que a Sara já havia me passado, a própria Clície passou, mas ela iria documentar, então pode ser que tenha mais alguma coisa. A questão da Regulamentação da Proposta Municipal da Intervenção Pedagógica, que é do Ensino Fundamental. A Regulamentação que é do tempo integral que é o PAS, isso não tem realmente. Regulamentação da avaliação Municipal em larga escala que é a Regulamentação da Prova São José, é o Ensino Fundamental também. A Classificação e a reclassificação já tem porque foi o que nós colocamos, não só dos estrangeiros, mas dos demais. Então ele vai entrar. Aí alguns nós já tínhamos como tema, como o Decreto nº920, que é a questão dessa revisão de quantidade de professores e pedagogos. Agora nós vamos aguardar, nós vamos fazer o encaminhamento para o Especial e o Infantil também fazer os seus encaminhamentos. Mais propostas que vocês acham que nós precisamos colocar aqui? Aí assim, como nós falamos da questão do cargo do professor da Educação Infantil, acho interessante nós colocarmos aqui também. E tem mais um que foi colocado que eu não falei. Vocês viram que já está saindo a criação do cargo do professor de Educação Física. Isso está previsto lá no nosso Plano Municipal de Educação. Então agora vai sair como regulamentado também. Juliana, pode falar.” A Conselheira Juliana inicia: “Ana, falando no cargo de professor de Educação Física, tem previsão para cargo de professor das aulas de inglês também? A Secretaria pensa nisso?” A Presidente Ana Lucia responde: “Olha, podemos colocar, Juliana, porque eu não, a questão do professor de Língua Estrangeira não tem essa previsão, nós podemos colocar isso. Não tem problema. Entra para estudo. É essa a sua intenção?” A Conselheira Juliana responde ser isso mesmo. A Presidente Ana Lucia concorda, coloca para estudo e passa a palavra para o Conselheiro Fábio que inicia: “Não somente de Língua Estrangeira, inglesa que ela disse, mas também de espanhol porque está tendo aluno da Venezuela.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues conclui: “Então é língua estrangeira mesmo.” O Conselheiro Fábio continua: “Sim. Só lá na escola do meu piá tem 3 crianças que vieram da Venezuela.” A Vice-Presidente Raquel se manifesta: “Só respondendo a Juliana que realmente a Secretaria pensa e acabou não colocando neste momento devido a demanda, mas acho que é interessante que coloque.” A Presidente Ana prossegue: “Mais alguém? Acredito então que nós podemos fechar a questão do nosso Plano. Anderson.” O Conselheiro Anderson faz a sua colocação: “oi, Ana. Eu só tenho uma dúvida que pode ser encaixado nessa questão que é a questão dos tutores para as crianças especiais na

sala de aula, que geralmente são estagiários ou contratados de imediato, alguém.” A Presidente Ana Lucia responde: “dá pra colocar. Se tiver mais alguma colocação nós trazemos aqui para vocês. já está grande, mas assim, nós precisamos cortar o que já foi porque nós não cortamos. Então acho que é isso. Podemos passar para a próxima pauta. A questão da estrutura nós já conversamos, informações para Divisão de Merenda Escolar. A Divisão de Merenda Escolar, então, como entra na questão da Deliberação. Ela encaminhou um Ofício, seria no dia 23 de dezembro, claro que chegou para nós esse ano porque a data nós já estávamos de recesso. O Conselho funcionou até o dia 22 no ano passado, dia 22 de dezembro. Dia 23 nós já não estávamos mais aqui. O assunto o Luiz vai colocar aí. Informações sobre o estudo realizado no ano de 2020 pela Câmara de Educação Infantil do Conselho Municipal de Educação, sobre a necessidade ou não de implantação de espaço exclusivo nos CMEIs para preparação de alimentação de crianças da modalidade do Infantil II. No ano de 2020, bem no início do ano, nós fizemos esta alteração da questão dos alunos, dos professores da quantidade de alunos e saiu também a questão dos espaços, ele saiu no art. 4º, §8º ‘As unidades que possuem modalidade de Infantil I e II deverão ter espaço exclusivo para preparação de alimentação dessas crianças.’ E nós sabemos que nas nossas unidades não estavam adaptadas para isso e teria que fazer urgentemente porque a Deliberação diz que já tem que colocar em prática. Então é necessário fazer. A Divisão de Merenda e aí foi colocado. A Isala que é a chefe participou da reunião, foi lá na Câmara se vocês lembrarem, a Ângela também participou e fizeram a explicação de que nem todas as cozinhas estavam adaptadas. E aí nós iríamos primeiro fazer um estudo para ver essa necessidade e aí depois então para ver se sim, precisava fazer essa reestruturação nas cozinhas, em todas as cozinhas das nossas Unidades. Nós não fizemos essa verificação, o estudo não foi feito, teria que fazer a verificação nas cozinhas de forma presencial, e nós não tivemos em 2020 e 2021, então nós levamos isso para o Conselho na Câmara da Educação Infantil. Larissa, você quer falar alguma coisa? Porque na reunião passada você perguntou se teria vindo esse documento, e na verdade ele até veio, mas faltou a entrega.” A Conselheira Larissa se pronuncia: “Oi, Ana. Boa tarde a todos e todas. Eu posso só fazer uma breve explicação da dúvida sobre alimentação no local para o Infantil I e II. Atualmente nós temos Unidades CMEIs que atendem o Infantil I, mas não possui nem o lactário. O lactário é o espaço exclusivo para preparação das fórmulas infantis. As crianças do Infantil I fazem o uso dessas fórmulas e elas precisam ser preparadas no local exclusivo que seria o Lactário. Não encontramos, nós aqui da Divisão não encontramos nenhuma Legislação que obrigue que a alimentação a partir do Infantil II, que já não faz o uso dessas fórmulas Infantis precisasse ser realizada no local. Então a dúvida maior seria para o Infantil II mesmo. Se essa obrigatoriedade da preparação no local se estende ao Infantil II. Porém, mesmo para o Infantil I, nós sabemos que temos Unidades que não possuem um espaço exclusivo lactário, então é preparado na cozinha junto com outros preparos da alimentação transportada. Então acaba sendo um espaço compartilhado. Aí ficou de fazer então esse levantamento para ver a necessidade de nós realizarmos porque isso vai acabar levando a reformas, então acaba saindo daqui da Divisão de Merendas e indo para outros setores avaliar a necessidade dessas reformas para adaptação dos espaços e nós conseguirmos atender a Deliberação.” A Presidente Ana faz a sua colocação: “Obrigada, Larissa, pelos esclarecimentos. Ângela, você quer falar sobre esta questão?” A Conselheira Ângela se manifesta: “Oi, Ana. Então, com relação ali ao que nós sabemos que tem

que fazer o atendimento, eu participei da última reunião que teve que foi deliberado para dar um prazo maior para as adequações das Unidades. O grande problema que nós enfrentamos é que algumas Unidades, nós não temos nem como fazer o aumento, não tem como fazer uma adequação porque não tem um espaço suficiente. Tem CMEI que são alugados e que às vezes a própria cozinha é minúscula até para o atendimento que existe atualmente. Então essa é uma dificuldade que nós vamos enfrentar em algumas situações sim, e eu não consigo ver como nós conseguiríamos resolver esse problema. Mas é uma situação que está aí e que nós vamos ter que pensar em alguma coisa em como resolver. As manutenções de algumas Unidades estão sendo realizadas, não só na área da cozinha ou do lactário em si, mas estão acontecendo algumas manutenções e quando nós conseguimos já ir fazendo algumas adequações, elas estão sendo realizadas. Eu acho que é isso, não sei se alguém tem alguma pergunta, alguma coisa para falar.” A Presidente Ana Lucia continua: “Na verdade assim, como foi uma própria Deliberação do Conselho, então nós colocamos para estudo novamente, nós vamos colocar para estudos e aí claro, a alteração que foi feita da Deliberação. Nós precisamos fazer essa colocação e colocar para o ano de 2022, a Câmara de Educação Infantil fazer essa análise. Aí, Larissa, solicito que você entre na Câmara de Educação Infantil para nós fazermos esses estudos. O atendimento da questão da alimentação pega mais na Educação Infantil mesmo. Se você não tiver nenhuma objeção é possível?” A Conselheira Larissa concorda em entrar na Câmara de Educação Infantil e diz: “Posso participar, eu queria só que você me explicasse como que funciona a Câmara de Educação Infantil. Assim, o que seria a minha atribuição?” A Presidente Ana Lucia Rodrigues explica: “As Câmaras funcionam assim, são reuniões com grupos menores de Conselheiros, nós chamamos para conversar pessoas que são especialistas no assunto ou que trabalha para vir esclarecer para nós podermos analisar, estudar e se tiver que fazer alteração da Legislação, a gente faz, deliberamos nas Câmaras e depois nós trazemos isso para o Conselho Pleno. Então é um grupo de estudos. Entendeu? Leila, pode falar.” Neste momento a Conselheira Leila tenta se manifestar, mas não consegue por problemas no seu áudio. A Presidente Ana sugere que escreva no chat ou que aguarde até resolver seu áudio. Enquanto isso a Presidente Ana Lucia prossegue: “Então, a intenção é levar isso para a Câmara de Educação Infantil e nós trazemos análises na próxima reunião então. A previsão é de que nós nos organizemos para fazer um estudo durante o ano de 2022. Então nós traremos isso e depois retornaremos aqui para a próxima reunião do Conselho.” A Conselheira Larissa comenta: “Ok, Ana. Eu estou a disposição da Câmara então.” A Presidente Ana agradece e prossegue: “A próxima pauta é sobre o PSS, então é só para explicar o que falta. Saiu hoje o Processo Seletivo Simplificado para professor da nossa Rede Municipal, e isso não quer dizer que não vá sair concurso, então já se inicia também as questões do Processo do concurso. A nossa Deliberação para o PSS saiu, ela foi publicada e por meio dela também a própria Secretaria conseguiu utilizar para poder sair este processo. Veio a contratação, algumas pessoas perguntam se colocaram só 15, mas não, nós colocamos uma quantidade mínima de que precisa para depois então, aí pode chamar quantos forem necessários. Perguntam também se será mantido o GIS, e sim, as vagas que forem abertas serão para aonde não tem o GIS, aonde não tem o professor, não tem o GIS e está descoberto. E nós temos casos na Educação Infantil, muitos casos e também no Ensino Fundamental. O Conselho está representado por mim lá na Comissão, a Comissão saiu semana passada o Decreto que prevê a

questão do PSS. São as Portarias, entre as pessoas da Comissão é o Fábio do RH, a Dayane que também é do RH, a Andreia Alves Correia que é aqui do Departamento do Ensino Fundamental, a Rosiani que também é do Departamento do Ensino Fundamental, eu Ana Lucia representando o Conselho, a Carla Pinheiro Professora do Infantil e tem a Neide Janice Ferreira que é uma agente administrativa que é do RH Central. Então saiu o Decreto nº4.680 de 09 de março de 2022. E hoje saiu então o Edital Normativo do Processo Seletivo Simplificado da SEMED. E é só para professor como nós falamos. Do PSS seria isso. Do Centro de Recreação Infantil, então nós recebemos a documentação da secretaria Municipal de Educação porque nós fizemos uma Deliberação que foi a N°20/2020 e ela fala sobre as normas de documentação que nós precisamos para autorização e funcionamento das Unidades de Ensino. E aí, como o Centro de Recreação, também fazendo parte hoje da atribuição tanto do Conselho, do Sistema que eles são nosso do Sistema, tanto do Conselho e da Divisão de Estrutura, foi feito o documento e entregue. Vou ler ali o início porque ele também vai para a Câmara, só que esse vai para a Câmara de Legislação e Normas. 'Prezada Senhora Presidente, o presente ofício vem pedir a este Conselho orientações para a implementação de uma nova Deliberação, com normas específicas que tangem os Centros de Recreação Infantil. A necessidade desta Deliberação se dá após algumas visitas realizadas em alguns Centros de Recreação deste Município, verificamos a necessidade das seguintes atribuições e seguimentos:' e aí claro, ele vai listar. Aí eu vou pedir para o Anderson que é o responsável no setor Divisão de Estrutura e nós conversamos bastante sobre esta necessidade. E aí ele de forma resumida irá colocar porque é esta a solicitação. Anderson." O Conselheiro Anderson se manifesta: "Oi Ana, então assim, bem resumidamente a questão dos Centros de Recreação, primeiro assim, é essencial como nós estávamos vendo que era questão de CNPJ, muitos Centros de Recreação estavam com o CNAE de carrinho de cachorro quente, tinha CNAE de parquinho de diversão, então eram vários tipos de CNAEs e algum desses CNAEs acabava não sendo vistoriados diretamente pela Vigilância Sanitária ou até mesmo pelos bombeiros. Conforme a Lei deles, independente quando fosse carrinho de cachorro-quente, por exemplo, era dada uma autorização online mesmo, sem ir até o local e verificar realmente o que estava sendo aplicado, porque devido o carrinho ser, deve se movimentar, não tem uma vigilância correta. Então essa é uma das principais situações. Outra situação que estamos colocando nesse documento é a questão dos cargos que serão atendidos, como que será atendida essa criança dentro do Centro de Recreação. Ela ficou dividida como uma direção e coordenação pedagógica que é sendo dupla função, pode ser, é essa coordenação pedagógica, que é responsável pelo Centro de Recreação e tem essa formação de Pedagogia, e os demais que vão estar trabalhando lá, conforme a quantidade de crianças que forem atendidas e será dividido conforme tange já a Educação Infantil. Os demais casos seriam Atendentes Infantis, Serviços Gerais e Preparadores de Alimentos. Esse Atendente Infantil, nós estamos colocando ali uma observação que seria o que? Seriam pessoas que tem formação em Educação Física, Magistérios, Pedagogia, áreas afins da Licenciatura e também a questão de alguns cursos como recreacionista ou cuidadora infantil que poderiam estar atendendo essas crianças. No que diz também atendimentos feitos pelos cursistas ou formados na área, deve ser respeitado à maioria. Então pode-se ser atendido lá 5 ou 6 crianças por uma pessoa de 18 anos? Pode. Ela é estagiária? Pode. O que nós estamos colocando como informação. Aquelas situações de extraclasse que é o Balé, Judô, Artes Plásticas, Capoeira, só

entra como extraclasse, ele não pode ser um regente de uma turma lá para cuidar. Ele pode colocar 1 hora de Balé no Centro de Recreação dela, ter uma pessoa lá que seja um dançarino, vamos dizer assim, uma pessoa formada naquela específica atividade extra para poder aplicar aquilo lá, mas não pode ficar cuidando de uma turma, vamos se dizer assim. Está dando para entender mais ou menos, não é, Ana?” A Presidente Ana Lucia responde: “é bem simples a explicação, é só para o pessoal saber o porquê que houve esta necessidade de pedir uma Deliberação específica.” O Conselheiro Anderson prossegue: “E as faixas etárias que nós estamos colocando por enquanto para ser atendida pelos Centros, especificamente seria de 0 ano até os 5 anos, 11 meses e 29 dias. E claro, a partir dos 4 anos de idade apresentando uma declaração que está matriculada, seja em um Centro de Educação Infantil público ou privado, e também as demais crianças abaixo de 4 anos poderiam ficar em um período integral.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues prossegue a reunião: “Acho que é só isso mesmo, era só de forma geral, ele vem então para a Câmara de Legislação e Normas para nós podermos fazer a análise e caso precise, ela também vai pedir a participação da Educação Infantil.” O Conselheiro Anderson pede para acrescentar algo e diz: “Só a questão, por exemplo, quando nós falamos que algumas situações será conforme a Educação Infantil, nesse documento nós colocamos um projeto que substitui o PPP, por exemplo, que nós colocamos como nome PEAR, é um Projeto Especial de Atividades Recreativas, e Regimento Escolar passa a ser um Regimento Interno e outras orientações que tem no Infantil, mas que vai ser feito uma adaptação para os Centros de Recreação.” A Presidente Ana prossegue: “Então, ele vem para a Câmara. Agora o assunto é sobre as escolas particulares, nós estamos quase vencendo a pauta. As escolas particulares nós temos um calendário escolar que é do CEI Castelo Colorido, ela tem uma alteração para fazer, mas não vejo objeção para não homologar esse calendário. Eu fiz a análise e se alguém tiver alguma objeção, por favor, senão só coloquem ‘Calendário está aprovado ou não.’ Eu coloco como calendário aprovado para poder homologar. É só um calendário de uma Unidade de Ensino. Nós temos outras Unidades que nós vamos entrar em contato e que precisam ainda apresentar o calendário para nós e não foi apresentado. Aí nós temos 5 processos, da Escola Legacy da Educação Infantil, credenciamento e autorização de funcionamento, não vi nenhum objeção, ela está de acordo, o CEI Mundo Criativo autorização de funcionamento, também não tenho objeção, fiz análise da documentação. O Colégio Bom Jesus da Educação Infantil, pedindo renovação de autorização de funcionamento, também não tenho objeção. O CEI Semeando o Futuro, renovação de autorização de funcionamento. Em todos eles não há nenhum problema e eles podem ser aprovados. Então, se vocês colocam, para mim todos os processos estão aprovados. Se alguém tiver alguma objeção, por favor, coloque. E uma Unidade Ensino que é o Colégio Tradição, ele encaminhou as atividades para a validação do Conselho do 3º e 4º bimestre do ano passado. Nós havíamos dispensado as escolas particulares porque elas já estavam praticamente todas no presencial desde agosto, mas mesmo assim eles pediram, eu fiz a análise e não há objeção então também as validações estão aprovadas. Como ela solicitou ao Conselho, ela faz questão dessa validação, então nós aprovamos. Aí nós recebemos um documento que veio da Direção da Escola Evolução, Educação Infantil e Ensino Fundamental, veio para o Rodrigo Cardozo da Estrutura e a Estrutura encaminhou para a Educação Especial e veio solicitando ao Conselho, a consulta do Conselho. Na verdade ele vem para o Conselho para sair um Parecer e nós fizemos isso o ano passado, fizemos isso ano

retrasado com crianças diferentes, não são as mesmas crianças. 'A Direção da Escola Evolução Educação Infantil vem através deste encaminhar a Vossa Senhoria a documentação para a sua análise referente ao aluno Pré I do ano letivo do ano de 2022 está fazendo o Pré II no próximo ano por se tratar de aluno de inclusão. As explicações estão anexas. Na oportunidade, aproveitando apresentar a Vossa Senhoria os protestos ***incompreensível*** de consideração, a criança então estaria apta para o Pré II. É isso, Rodrigo? Mas por ser uma criança, um aluno de inclusão, está solicitado que permaneça no Pré I. e aí claro, ele tem que vir para o Conselho senão tem que ter o cumprimento da Legislação. E nós fazemos um Parecer se é favorável ou não. A criança tem plano e programa de tratamento com fonoaudióloga e tem o Parecer da fonoaudióloga em relação ao tratamento necessário, tem o relatório psicológico e aí tem o relatório terapêutico ocupacional, tem dois Pareceres psicológicos aqui. Rodrigo, é sobre o aluno da Escola Evolução, você quer falar algo? A mãe também coloca um Parecer que a mãe coloca assim 'Eu, Adriana de Barros, portadora do RG... juntamente com o meu esposo... portador do RG..., solicitamos ao Colégio Evolução na posição de pais a permanência do nosso filho Arthur de Barros Correia, do Jardim II, isso devido a Pandemia COVID-19 no ano de 2020, aonde o aluno Arthur foi prejudicado devido as faltas das aulas.' E por ser um aluno de Inclusão, a necessidade colocadas pelas profissionais de ele permanecer então no Pré I, que é essa necessidade de fazer o Pré I novamente no ano de 2022. Nós também tivemos alunos do ano passado de inclusão, a própria família está solicitando, os profissionais estão solicitando. Pela a minha análise eu vejo que não há problemas em relação a isso. Deixa eu ver o que o Rodrigo colocou, 'Desculpa, Ana, eu estava em outra conversa, mas esse caso pede respaldo para a Educação Especial.' Mas ele veio para nós, foi encaminhado para nós. Na verdade assim, ele não está apto. Pela idade era para ele ir para o Pré II, mas a indicação é que ele permaneça no Pré I. Então, nós precisamos fazer um Parecer porque tem análises dos profissionais dizendo que seria interessante se ele permanecesse e a família também solicita. Como é um aluno de inclusão, nós já fizemos isso aqui dentro do Conselho, não vejo o porquê de ele não permanecer no Pré I. o Rodrigo encaminhou no dia 08 de março para a Educação Especial para ver a solicitação, a Educação Especial respondeu 'A solicitação em questão não tem Legislação específica, porém pode ser resolvida dentro da própria Unidade em consonância com a família e o CEI registrado em Ata.' Aí assim, a Legislação específica é o cumprimento da data de corte porque como é um aluno de Inclusão, ele está em uma escola regular, e aí nós temos que fazer um Parecer que não há objeção caso ele permaneça até porque os profissionais deram um Parecer de que ele permanecesse no Pré I, Louise. É isso, Louise. É a necessidade de ele permanecer no Pré I mesmo estando com idade apta para o Pré II. Por se tratar de uma criança de inclusão e aí sim essa necessidade." A Presidente Ana passa a fala para o Conselheiro Anderson que inicia: 'Ana, e se essa criança permanecesse no II, e após o final do ano, é o meu ponto de vista, fizesse esta avaliação com ele após esse ano, e de repente retese ele no final do ano novamente no II. E não fazer ele voltar agora." A Presidente Ana Lucia responde: "Vou te responder, primeiro não é uma retenção. Segundo, é porque o que ele tem necessidade não será retomado no Pré II. Ele está tendo necessidade de um trabalho específico feito no Pré I. Então é necessário, porque para vencer, para poder acompanhar o Pré II, no caso, ele precisaria então especificamente do trabalho presencial, que é o que a família está pedindo, o que a professora vai trabalhar com

ele no Pré I. Louise.” A Conselheira Louise questiona: Na verdade eu só fiquei na dúvida ali quando você colocou do ato, e ele entra na idade do corte para ir para o Pré II, é isso?” A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde: “Na verdade, ele deveria estar no Pré II, pela Legislação, a idade dele e ele já havia sido matriculado, ele deveria estar no Pré II. Porque Le já havia vencido, mas ele fez o Pré I e a anterior, digamos assim, porque cada ainda, a questão da nomenclatura está em readaptação, ele esteve em um momento de pandemia, então, os dois anos foram de pandemia e o que a família está pedindo é que ele presencialmente agora que voltou o presencial, que ele faça o Pré I, que ele retome esse Pré I. não é nem uma questão de estar refazendo ou de uma retenção, na verdade nós sabemos que na questão da criança da Educação Infantil, eles não estão sendo retidos ou questão de aprovados, mas é de um trabalho que eles não tiveram durante esses anos, esses dois anos.” A Conselheira Stela comenta: “Não tem repertório para ele seguir para a etapa seguinte, não é?” A Presidente Ana concorda e continua: “Sim, não tem como. Louise.” A Conselheira Louise acrescenta: “Na verdade eu só queria relatar uma situação que aconteceu do ano passado para esse ano, e assim, foi comigo, então tem muita relação justamente com essa questão de nomenclatura de Leis, enfim. E assim, agradei muito a Clície porque ela foi muito solícita em ajudar nisso porque na verdade assim, o meu filho Alan também tem a nomenclatura para a idade de corte porque ele é de fevereiro e ele estava matriculado ali no Infantil III do CMEI. Aí quando entrou a idade do corte ali do ano passado para esse ano, ele teria que ir para o Pré pelo corte e aí eu pedi para a Clície, e ela até se respaldou muito bem na questão da Legislação que ele estava matriculado no III, ele só iria para o Pré, pularia um IV somente para se encaixar na Legislação da idade do corte. E ela foi bem solícita, me ajudou bastante nessa questão de manter ele dentro da fase dele de ir para o IV por ele ser aluno de inclusão. E eu achei bem bacana isso assim como eu achei interessante também essa questão com esse aluno, com esse estudante que teve toda essa fase da pandemia, apesar dele ter o nascimento dentro da idade do corte, tem toda uma questão aí de intervenção terapêutica por conta da deficiência, isso é muito importante ser considerado para não ser mais prejudicado lá na frente.” A Presidente Ana concorda e prossegue: “Exatamente, Louise. E as escolas particulares estão sendo orientadas para venha um Parecer para que não tenha problema depois e só os pais apresentem um Parecer caso troque de Unidade de Ensino, de Estado, aonde for que tenha esse respaldo, porque só é possível isso com os laudos. Se não tiver o laudo, não tem como, gente, aí é seguir realmente o que diz a Legislação.” A Conselheira Louise coloca: “Exatamente, bem bacana isso que você combinou que foi tudo anexado. Então o menino é assistido, tem toda uma intervenção e isso faz toda a diferença.” A Presidente Ana explica: “ Exatamente, porque da outra vez que chegou para nós veio só um pedido da família. Aí nós solicitamos todos os laudos profissionais que trabalhavam e aí veio. Então essa orientação agora, as escolas particulares já tem essa orientação que tem que vir o trabalho específico, então ele já veio o processo praticamente só para nós darmos o Parecer. Fátima, quer falar?” A Conselheira Domingas de Fátima se pronuncia: “Só para complementar, Ana, a questão de que a criança de Inclusão realmente ela nunca precisa daquele ano, não dá para se basear na idade, mas sim no que ela consegue. Ela precisa às vezes de, enquanto outro faz em um, ela precisa de dois anos. E a Educação Infantil vem bem para desenvolver essa questão psicomotora, dentro da psicomotora vai trabalhar o afetivo, vai trabalhar o cognitivo e perder essa fase, não estimular isso pode trazer mais malefícios do que

benefícios. Então é bem legal estar pensando realmente nessa criança, e além dela estar precisando de um tempo maior, ainda não houve esse espaço na escola. Portanto, acho que nós temos que realmente votar para que essa criança fique na série que está.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues complementa: “E é muito específico, nós vemos por experiência de escola que nós verificamos que quem trabalha, a criança que é matriculada em escolas de ciclo acabam aprovando, aprovando, aprovando e no último ciclo que eles vão verificar que a criança não tem condições. Mas aquele professor que está no último ciclo não retoma o que era necessário lá que ficou faltando. Às vezes ela acaba ficando porque faltou antes. Aí nós temos problemas, nós vemos com as questões de alunos de que, por exemplo, chegam lá no 5º ano e não estão alfabetizadas. Eu não digo aqui da nossa Rede porque a nossa Rede tem a reprovação, mas nós recebemos de outros Municípios de eles ficarem retidos no 5º ano porque não foi alfabetizado e aquele Município não tem o Sistema de retenção, ele tem o ciclo que vai dar essa continuidade. Então o processo veio, os profissionais solicitam então que essa criança o importante seria que ela permanecesse, a família também está de acordo que essa criança permaneça. Pior que se fosse os profissionais dizendo que ele ficasse e a família que não. acho que seria muito pior. Então falta só o nosso Parecer se estamos de acordo que a criança permaneça então no Pré I no ano letivo de 2022. Eu só preciso fazer um Parecer e devolver para a Divisão de Estrutura e para a escola, para a família. Das escolas particulares então seriam esses assunto e agora vamos para as correspondências recebidas. Só para dizer para vocês, no dia 15 de fevereiro saiu a Portaria nº15/2022 SEMED, criando o Núcleo de Direitos da Criança e do Adolescente e Inclusão, o NUDCAI que teve um Parecer favorável do Conselho Municipal de Educação. Nós temos duas correspondências importantes que tratam do mesmo assunto do Conselho Municipal da Criança e do SINSEP, eu já leio para vocês. O Sagrado Coração de Maria é uma Unidade de Ensino que no ano de 2020 e 2021 não tivemos esse problema por não ser presencial. Eu vou ler para vocês e aí já explico. ‘Ao Conselho Municipal de Educação, solicitamos a análise da possibilidade de Inclusão, no Calendário Escolar no ano corrente, do Feriado Local denominado ‘Pascoela’, no dia 18/04/2022, com reposição sugerida para o dia 09/05/2022, Conselho de Classe, conforme Calendário Escolar, bem como a realização do Conselho de Classe no período noturno, do mesmo dia, 09/05/2022. A ‘Pascoela’ se trata de um ‘Dia Santo’ que é, tradicionalmente, respeitado na cultura Ucrâniana pelos descendentes adeptos à religiosidade da Igreja católica do Rito Ucrâniano. Esta se refere ao dia da Ressurreição do Senhor, que segundo a fé Cristã, ressuscitou ao terceiro dia após a sua morte. Portanto, considerando que a Colônia Marcelino, comunidade onde está inserida a Escola Rural Municipal Sagrado Coração de Maria, é, em grande parte, composta por Ucrânianos, que preservam esta Cultura e frequentam a Igreja desta comunidade, justificamos a solicitação acima mencionada.’ Aí a Diretora Patrícia assinou o documento. Nós temos na nossa Deliberação para esses casos quando acontecem de Escola Rural e com a comunidade com o Feriado Local. Nesse caso, é esta que nós temos na Colônia Marcelino. Nós já tivemos outras situações e aí nós trocávamos um Feriado pelo outro. O que nós temos aqui, o que eles estão apresentando de sugestão é que na segunda-feira no dia 18 eles teriam o Feriado para respeitar o Feriado Local, e eles iriam repor no dia 09 de maio que é uma segunda-feira que nós temos previsto dispensa de aulas porque seria Conselho de Classe. E neste dia eles fariam o Conselho de Classe noturno. É uma previsão que

nós não temos mais nada noturno. Enquanto Calendário Escolar, não. eu até conversei quando recebi esse documento, conversei com a Diretora de Departamento, se eles estão colocando que precisam por ser um Feriado Local na segunda-feira, acredito que então na quinta-feira que provavelmente é o nosso recesso, ponto facultativo, que eles tenham então normalmente. Porque para eles a quinta-feira não há problema, então que eles tenham e que não haja dispensa no Conselho de Classe. O Conselho de Classe é uma luta que nós temos de que é necessário a dispensa de alunos, isso se faz necessário para discussão dos professores porque fecha um caso do Fundamental, ele está fechando o trimestre. Então, os alunos são dispensados para que os professores tenham 4 horas pela manhã, 4 horas a tarde para poder discutir sobre os casos, se organizarem e fazerem as reflexões necessárias. A noite o professor já está cansado, a noite serão de 2 horas, não serão 4 horas. Serão 2 horas de discussão e de trabalho, não dando tempo necessário para cada período, portanto eu não vejo vantagem e vejo que não seria a melhor reposição. A melhor seria mesmo na quinta-feira. O Irmã Eufrásia Torres que, por exemplo, começou mais tarde, ele vai trabalhar na quinta-feira no ponto facultativo. E aí assim, é dado esse ponto facultativo para os demais, e essas farão aula normal contando então como dia letivo. Então seria o Irmã Eufrásia e o Sagrado Coração de Maria. O Mário Flores até teria colocado, mas eles se organizaram de uma forma também, os finais de semana, quando nós já fizemos algumas colocações nas questões de reposição. Então, assim, a proposta deles seria essa, a primeira proposta seria a da própria Unidade de Ensino, a proposta 1 que seria manter o feriado no dia 18 com reposição no dia 09 com aluno e no período noturno com professor, alterando o Conselho de Classe. E a minha sugestão então seria a proposta 2 que eles, tendo o dia 14 o ponto facultativo eles teriam aula normal como está previsto em calendário, e segunda-feira eles tem o Feriado, o Feriado Local no caso, e não se altera o Conselho de Classe. Então eu preciso que vocês, se alguém tiver mais alguma argumentação, se não tiver, nós fazemos a votação 1 da proposta da Unidade de Ensino e 2 a minha proposta, enquanto nós somos responsáveis pelo calendário e pelo trabalho e reflexão deste momento. Só os Titulares que votam.” A Proposta 1 é a mais votada, a Presidente Ana Lucia agradece pela participação de todos na votação e informa que irá apresentar a proposta para a Escola. A Presidente Ana Lucia Rodrigues continua: “só para colocar para vocês, na semana que vem eu tenho duas participações que vai acontecer o fórum Estadual da UNDIME que é dos Secretários Municipais de Educação, então vou participar, eu fui convidada a participar da mesa de abertura enquanto UNCME, mas enquanto Conselheira eu vou dar palestra para os Secretários sobre o papel do Conselho Municipal de Educação. Então, o Luiz está colocando ali os dois convites feito pela UNDIME que é para os Secretários de Educação do Paraná. Aí nós temos dois documentos, o primeiro que chegou é do SINSEP, que chegou no dia 16 de fevereiro e é sobre a questão da Deliberação, a Deliberação da Educação Infantil e aí relata a questão no que a Marilza já falou para nós. Exatamente o que a Marilza falou para nós que é a dificuldade do atendimento por ter um só Educador, no caso está sendo um Educador no Infantil I e no Infantil II, e aí tem a dificuldade do atendimento e eles colocam assim: ‘Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais – SINSEP, entidade da Classe representativa dos Servidores deste Município, por sua Presidente Samia Leiza Alves Dornelles, vem denunciar a este Conselho questões de sua competência regimental, a saber: i) os excessos e ilegalidades ocorrendo junto aos servidores (atendentes de creche, educadores sociais e

professores (as)), nas Unidades de Ensino em que estão lotadas, relativo à precarização e falta de condições dignas de trabalho com menores; ii) a negligência da Administração Municipal em oferecer condições dignas e apropriadas aos menores nas unidades (creches e escolas), objeto da presente denúncia. Desde a implementação da Resolução 02/2019 (anexa) do Conselho Municipal de Educação, publicada em 20/09/2019, pela Secretaria Municipal de Educação, tem-se visto a exponencialização de problemas com a Educação Infantil, havendo não só a excessiva destinação de atribuições aos servidores que atendem aos menores da primeira infância, mas também o ilícito aumento de problemas ligados à política educacional nas Unidades, quanto à espaço destinado aos menores, números de servidores por aluno, e condições materiais para o cuidar delas, obrigação constitucional desta entidade Municipal e direito dos menores, sendo cumprida de forma obviamente negligente. Conforme se vê da referida Resolução, ora anexa, desde setembro de 2019 as faixas etárias para ingresso nas unidades ficaram assim estabelecidas: 'A publicação foi dia 20 de setembro realmente, mas é claro que ela entrou em prática em 2020 porque não teria como mexer em matrículas no final do ano, porque setembro é praticamente final do ano. Aí tem a questão da, eles colocam a nomenclatura, a questão das crianças, a questão da faixa etária e essa faixa etária que eles querem revogação tem uma Legislação Nacional, nós não podemos mexer, ela fala da data de corte. E aí a Resolução ficou na questão de quantidade de crianças com um professor, e aí está se colocando professor ou educador, e não é isso que está sendo colocado aqui na Deliberação. Nós colocamos professor/educador. Tanto pode ser interpretado em ser um ou outro, ou pode ser os dois. Na página seguinte: 'Como se vê, com o ensalamento proposto na Resolução houve um aumento do número de alunos por sala, uma queda de educador junto a professor, e uma sobreposição de ingresso de crianças cujas idades são bastante dispare. Acontece que isso vem por atingir os direitos destes menores em possuir um espaço adequado às suas necessidades subjetivas e ínsitas à tenra idade, pois, nesta fase inicial, como é notório, alguns meses de idade já leva à significativa alteração fisiológica, neural e pedagógica, bem como nos hábitos e condições de convivência. Ainda, sobrecarrega excessivamente os profissionais, pois crianças que necessitam de maior atenção, por serem mais novas, são colocadas juntas das mais velhas, gerando conflitos de convivência, e dificultando a adequada prestação do serviço. Em outros casos, tal como no Infantil IV, há 16 menores para cada professor, uma quantia excessiva, pois ainda necessitam de atenção e cuidados como recém bebês que são. Embora a Resolução CME em tela esteja disciplinado normas em cumprimento à Portaria 1.035/2018 do Conselho Nacional de Educação, e do Parecer CNE/SEB 02/2018, que fixaram a idade mínima para o ingresso de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental no Brasil, já endossada pelo STF enquanto constitucional, a Administração Municipal implantou-a aos atropelos, e com uma proposta de ensalamento dispare das possibilidades reais e materiais; fê-la sem ouvir os servidores (que são diretamente interessados e o corpo técnico pato a dar parecer na matéria) a sociedade civil (pais e mestres e suas associações, entidades representativas)', aqui eu vou discordar porque o Conselho fez com todas essas representações, nós temos pais, nós temos Sindicatos, não é? Todos aqui estão representados. Nossos servidores estão bem representados aqui. 'ou mesmo preparando antecipadamente as condições materiais para a mudança. Exigiu a mudança de forma unilateral, exigindo que o corpo técnico e docente buscasse, sem

incremento de recursos ou pessoal, adequação à nova regra sob sua própria conta e risco, o que tem trazido grande flagelo aos servidores, aos menores e aos pais preocupados com seus filhos, cujo cuidado são de valores máximos em nossa sociedade. Ao arripio da própria Resolução do CME, mesmo as normas mais elementares de política educacional têm sido descumpridas. Por exemplo, a Resolução 02/2019 do CME estabelece o espaço físico mínimo que deve ser reservado a cada menor (artigo 3º), bem como que as instalações destinadas ao atendimentos das crianças, da modalidade infantil I e II, deverão conter local adequado para trocas e alimentação, separadas das salas de atendimento pedagógico (artigo 4º), sem prejuízo de outras disposições. Contudo, denúncias trazidas a este Sindicato demonstram o oposto: 'Só que assim, as representações, nós fizemos a alteração aqui dessa questão que nós até falamos da questão da alimentação, ele vem para estudo. E aí o Sindicato discutiu a representação na época que nós tínhamos, que era a Tainara, pena que ela não está aqui conosco, ela deveria ter sido colocada que ela também foi para estudo, então necessariamente, agora neste momento, não tinha que fazer essa adequação urgente. Então isso foi colocado e o Sindicato não viu a Deliberação dizendo que iria para estudo porque ela também está lá no Diário Oficial. Isso foi colocado em Diário Oficial. '1. O espaço mínimo destinado aos menores, e previsto na Resolução, não está sendo respeitado, pois as salas estão abarrotadas, inclusive, faltando professores, havendo evidente desvio de função dos atendentes de creche e educadores sociais no referido papel, o que será objeto de demanda judicial no momento oportuno;' por isso que eu sou favorável que tenha professor desde o Infantil I. '2. Que em muitas das unidades não há fraldários reservados, obrigando os servidores a trocarem os menores no mesmo local dos demais, sobre carteiras improvisadas, muitas vezes, precarizando o atendimento e dificultando adequado atendimento às crianças;' nós sabemos que isso não ocorre em todos, está aí a necessidade de apontar. Em 2020 eles apresentaram esse documento e nós solicitamos que fosse apontado em quais unidades isso estava acontecendo para que nós fossemos fazer a verificação e o Sindicato não respondeu. '3. Em muitas das unidades, das 07 às 09h e das 16 às 18h só há uma atendente ou educadora para atender 24 crianças, o que, além de expô-las a desnecessário risco, contraria a Resolução do Conselho Municipal de Educação; 4. Crianças no Infantil IV, que completam 3 anos até 31 de março do ano letivo, choram porque não dormiram, sendo que até o ano passado, com essa idade, ficavam com 2 educadoras, mas de acordo com a atual Resolução, só há um professor em sala para cada 16 crianças; 5. Há relatos de que contêineres serão usados como sala de aula, exemplificando o sucateamento estrutural dos CMEIs e Escolas;' esse eu não estou sabendo, esses relatos de contêineres, mas nós precisamos saber aonde está acontecendo. '6. Como se não bastasse esse quadro que tem ampliado o número de adoecimento físico e mental das Atendentes e Educadoras, cujos direitos subjetivos tem sido negligenciado pela Prefeitura, a qual não efetiva o direito de transposição, e ignora as necessidades do segmento;' que é a questão que eles querem transformar o educador em professor. '7. Ademais a Portaria 130/2019 considerada por essa entidade ilegal pois não há notícias que passou pelo crivo desse colegiado tem sido aplicada irregularmente em turmas que não são de pré I e II, nesse sentido pede-se intervenção pela revogação da portaria.' Aí a questão dessa Portaria, nós teremos que estudar e verificar. 'Há, ainda, inúmeros relatos de que crianças especiais – com graus variados de autismo, ou crianças com dificuldade físicas ou motoras, por exemplo – são incluídas nas

mesmas salas que as demais mesmo diante da falta de estrutura ou recursos humanos para o adequado cuidado. É necessário valorizar os profissionais e, certamente, dar lhes melhores condições de trabalho, para garantir concretamente o atendimento que as crianças merecem. A situação em tela não pode permanecer, ainda mais com menores em tão tenra e especial idade. Com isto, vem este Sindicato, no exercício de suas funções institucionais, rogar que esta Comissão:’ no caso, nós não somos uma Comissão. ‘i) conceda fala na reunião ordinária, com o fim de ser explanado sobre os fatos ora delineados, e, juntos, definir encaminhamentos e soluções;’ veja, o Sindicato já tem a sua representação aqui, no caso, nós temos a Carol Hornig, e aí, o que poderia chegar e fazer essa explanação, passar para a Carol e a Carol vir. Em 2020 quando veio a Tainara, ela não foi informada desses relatos, ela até ficou bastante chateada porque chegou o documento e ela não foi informada sobre essas questões todas, e ela não teve como se colocar. Eu venho colocar isso, então. Depois eu vou dar a palavra para a Marilza e depois para a Carol. ‘ii) investigue os fatos relatados, pois certo o interesse público envolvido, ainda por cima com os da primeira infância, devendo este Conselho, dentro de sua competência regimental, fiscalizar a política da Educação Infantil deste Município conforme ora relatado, e garantir as condições mínimas de dignidade aos menores, e aos servidores que lhes atendem, a fim de sanar os vícios e omissões apontadas. Nesta oportunidade, renovamos nosso votos de estima e consideração a Vossas Senhorias.’ Nós precisamos que seja relatado aonde está acontecendo isso porque nós iremos fazer a verificação de 44 Unidades, isso irá demorar muito. Nós sabemos que não acontece isso em todas as Unidades, mas nós precisamos que apontem para que nós, além de fazer a fiscalização, nós então, dialoguemos com a Secretaria e possa verificar o que está acontecendo e fazer as nossas cobranças necessárias. Por favor, Marilza.” A Conselheira Marilza se manifesta: “Só quero complementar que em relação à Deliberação, a mudança adequação da faixa etária, ela foi boa sim considerando as modalidades do Infantil I e II porque até aí nós tínhamos aquela questão de crianças de até 2 anos de idade junto com os bebês na sala. Principalmente na sala do Infantil I. Então, a adequação da Deliberação, onde é que ela trouxe mais dificuldade? No Infantil III e no Infantil IV pelo quantitativo de profissionais e por conta da situação que hoje nós temos muitas atendentes e educadoras que são as mais velhas, isso na grande maioria dos CMEIs. Então, eu volto a insistir no que a Ana também falou que é a questão da criação do cargo de professor da Educação Infantil. Isso é um ponto principal para adequar e melhorar esta situação de trabalho. Claro que precisa pensar porque nós estamos falando na Unidade onde eu estou na Direção, na sala do Infantil III realmente ela não possui um local específico para a troca das crianças. As crianças são trocadas na sala ou no banheiro, mas nas modalidades I e II, eu acredito que em todas as unidades nós tenhamos espaço porque isso já foi trabalhado anteriormente. E essa questão das profissionais, ela veio junto com o turbilhão pós pandemia, então nós também precisamos considerar que se as crianças estivessem no fluxo real do CMEI, as crianças do Infantil III já estariam desfraldadas também. Nós também precisamos considerar isso, isso no Infantil IV. Nós temos crianças do Infantil IV que são crianças de 3 para 4 anos, com fralda, com chupeta, assim como nós temos crianças nos Prés também. Nós também estamos falando de um período de retomada pós pandêmico. Então essas coisas vieram todas juntas, então como ele mudou para o início de 2020, em 2020 nós não sentimos isso porque o período foi muito curto até o início ali da Pandemia e o nosso fechamento. Agora que isso veio átona de uma forma

gigantesca para nós, porque as crianças estavam em casa com as famílias, ou estavam com a vizinha ou com um irmão mais velho. Então essas coisas vieram com uma proporção gigantesca.” A Presidente Ana comenta: “E a falta de profissionais, não é, Marilza?” A Conselheira Marilza responde: “Exatamente. Porque aposentou, teve gente que exonerou, teve gente que assumiu como professor em outros Municípios, teve uma série de situações mais aquelas que foram para a assistência e gostaram da assistência. Isso chegou tudo junto, então é mais retomar essas questões dessa Resolução, vou reinterar isso. Nós precisamos dar uma encerrada nessa discussão de transpor o Educador para o cargo de professor porque nós já sabemos que isso não vai acontecer. Nós sabemos que isso tem uma discussão grande, longa com o Tribunal de Contas, Supremo e tudo mais. Hoje não dá para ficar esperando e ficar só nessa discussão sindical de transposição, precisa dizer a verdade para elas também, para as meninas educadoras e atendentes. Não dá para ficar dando esperança em coisas que nós sabemos que não vai se resolver. Se não resolvermos em 2022, nós precisamos se preparar para 2023. Esse é o grande recado e com isso que nós precisamos se preocupar. Militar nesse sentido.” A Presidente Ana Lucia argumenta: “E colocar que revogar hoje a Deliberação como eles pedem, porque eles têm colocado, anunciado que eles querem pedir para o Conselho a Revogação da Resolução. A Resolução não envolve só isso. Então como que vai revogar várias coisas da Educação Infantil, vários assuntos, vários temas importantes? Justamente por uma questão que nós estamos cumprindo uma Legislação, e é aquilo que eu coloquei para vocês. O quadro está dizendo, não está dizendo que é um ou é outro. Aí entra a questão de interpretação, foi a conversa que eu tive com o próprio Secretário e ele perguntou ‘Não há problema de eu colocar um professor lá no Infantil I?’ Não, não há. A Deliberação tem essa previsão e a LDB prevê que seja um professor que esteja formado na área da Educação. Nós vamos estar cumprindo uma Legislação e aí, educadora, atendentes de creche, eles vão fazer o trabalho que tem nas suas atribuições. Esse é um grande problema que nós temos hoje, de deixar só o educador lá, que é o que não cumpre realmente a Legislação e nem a própria Deliberação.” A Conselheira Marilza acrescenta: “E elas não podem se sentir minorizadas nesse sentido porque elas, é lá naquele momento de ingresso delas, eu sempre falo que nós fazemos uma opção. Nós optamos por ingressar naquele cargo. Elas também eu tenho visto que a grande maioria fez o concurso, está tentando fazer outros concursos para passar para professor. E quem ficar nesse educador ou atendente, continua o trabalho no CMEI com a gente. Eu acredito muito nisso para elas no CMEI. Vocês não serão maiores ou menores por onde vocês estão porque o trabalho de vocês é um trabalho que ele vai existir até a aposentadoria de vocês. Não pode deixar que elas se sintam menores porque serão apoio ou porque estarão junto com professoras. Isso não pode existir.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues passa a palavra para a Conselheira Caroline Hornig que inicia: “Oi, Ana. Assim, eu não tenho muita propriedade para falar do Infantil porque a minha vida toda foi sempre no Fundamental. O que eu estou acompanhando são os relatos delas e às vezes solicitações do Sindicato porque realmente está caótico a situação. E em relação à Resolução eu também estou acompanhando os relatos, eu vou até repassar tudo isso, questão também de apontar as Unidades, mas não tenho nem muita propriedade para falar sobre o Infantil, sabe?” A Presidente Ana Lucia Rodrigues prossegue: “Nós vamos responder esse documento, não vejo que haja objeção da Samia Presidente vir e fazer essa explanação, nós podemos marcar para ser no início da reunião, porque

nós também temos vários temas e eles não podem se prolongar, mas nós não vamos decidir organizar uma solução junto com o Sindicato em si, Samia, mas sim com as representantes que estão e isso entra todos os segmentos e não só o Sindicato, como está sendo pedido. Então nós vamos responder, acredito que ninguém tenha a objeção em relação a Presidente vir explicar a questão dos problemas, mas nós iremos encaminhar os Ofícios solicitando que aponte aonde está acontecendo. Assim como também nós recebemos o Ofício do CMDCA que o Luiz vai colocar ali para vocês e é sobre essa denúncia, na verdade é o documento que chegou, o CMDCA disse é muito parecido com esse e relatando esses problemas nas Unidades, e aí foi apontado que então viesse para o Conselho Municipal de Educação. Hoje nós não temos aqui que nenhum dos Conselheiros, o Eliel acabou saindo, então o Cleverton não entrou. Eu vou ler para vocês, ele diz assim: 'Assunto: Denúncia. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJP, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº24/1991, e conforme deliberado na reunião ordinária em 08 de março do ano corrente, e Considerando o recebimento de denúncia, relatando negligência em oferecer condições dignas e apropriadas aos menores de idade nas creches e escolas do município, visto que houve aumento do número de alunos por sala, queda de educador junto a professor, e uma sobreposição de ingresso de crianças cujas idades são bastantes dispare, além de desvio de função dos atendentes de creche e educadores; vem por meio deste, solicitar providências que lhe forem cabíveis quanto aos fatos acima relatados. Sem mais para o momento, apresentamos nossos protestos de estima e consideração.' Então, veja, aqui até quando eu conversei com o Cleverton quando recebi esse documento, mas nós vamos provavelmente devolver solicitando aonde acontece para nós podermos fazer a verificação. E colocar que o CMDCA não precisa fazer o encaminhamento para o Conselho, o CMDCA pode fazer esse trabalho de fiscalizar e verificar o que está acontecendo porque ele é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é função e atribuição também deles. Então não é só do Conselho Municipal de Educação, mas nós vamos fazer porque nós temos essa questão de responsabilidade, porém vamos solicitar que eles também encaminhem para nós em quais Unidades está sendo apontado. E foi aí que ele me disse 'Ana, nós recebemos do Sindicato, mas não apontou quais.' Então assim, nós devolvemos apontando pra vocês também quais, para o Sindicato, provavelmente pedindo quais, nós precisamos saber independente de qualquer coisa, mas eu vim trazer isso para a reunião porque é importante. Cleverton, você está presente?" O Conselheiro Cleverton se pronuncia: "Oi, Ana. Estou! Desculpa, tinha caído a conexão. Mas eu ouvi tudo que você falou." A Presidente Ana responde: "É aquilo que nós conversamos, não é? Que eu perguntei para você e você me relatou e me explicou que foi colocado em reunião e o Conselho deliberou. Nós vamos solicitar para vocês, mas nós vamos colocar que vocês também podem fazer isso. Porque em relação ao direito da criança, para ver se realmente elas estão sendo afetadas, porque assim, se a denúncia veio do Sindicato dizendo parece é todas, mas não são todas, eu falei para você. Nós sabemos que tem algumas que estão com dificuldade principalmente quando falta professor. E aí claro, como é que as Unidades estão se organizando hoje? Elas estão colocando várias crianças para não ficar sem atendimento. E aí tem professor e nós sabemos que sobrecarrega professor/educador que tem crianças a mais na sala de aula. Mas como disse a Marilza, para poder organizar e colocar dentro do que está estabelecido para a Deliberação, que praticamente é esse ano que ela está entrando, que está sendo implantada, porque

2020 praticamente nós tivemos Pandemia, foi o início, mas não deu nem tempo praticamente, nós não tivemos um mês de aula, nós não tivemos praticamente um mês de aula porque nós tivemos o feriado de carnaval e várias coisas aí que teve esse empecilho. É importante que vocês também façam essa verificação e não só o Conselho porque também é uma atribuição de vocês. Na parte escolar nós iremos fazer, com certeza. No que cabe a questão do Conselho Municipal de Educação em relação a nossa Resolução, o que está sendo colocado, nós iremos fazer, mas é importante que vocês também façam e nós vamos colocar isso da questão se as crianças estão sendo privadas dos seus direitos. Porque é isso que o Sindicato está colocando e nós sabemos, eu conversei com algumas diretoras disseram 'Ana, eu não tenho problema nenhum. O meu CMEI está funcionando normalmente, eu não tenho falta de professor nenhum, nem de educador.' Mas nós sabemos, por exemplo, a Marilza está passando um problema seriíssimo lá no dela. É uma das Unidades que falta." A Conselheira Marilza comenta: "Exatamente, 8 pessoas me faltam." A Presidente Ana Lucia prossegue: "8 pessoas que faltam. Qual atendimento que faz? É aquele atendimento, não é, Marilza? Que vai se colocar as quantidades de pessoas que tem para poder atender, inclusive ela e aí claro, o direito está sendo respeitado, de uma certa forma o direito de estar na Unidade sim, mas da melhor qualidade não." A Conselheira Marilza acrescenta: "E ainda quero dizer, Ana, que assim, nós fizemos um número menor de matrículas no final do ano porque nós ficamos com medo, fiquei com medo de não conseguir os profissionais. Nós estamos com um número menor de crianças atendidas por sala, principalmente das modalidades Infantis pelo receio mesmo que nós tivemos pensando que não conseguiria a quantidade de profissionais, então assim, em relação ao número de crianças, por exemplo, é um número menor do que o estabelecido na Deliberação." A Presidente Ana passa a palavra para o Conselheiro Cleverson que inicia: "Ana e a todos, uma boa tarde. Eu só queria colocar um adendo aqui a respeito disso mesmo, é importante nós discutirmos mesmo essa situação e achamos por bem encaminhar para o Conselho da Educação para que também tivessem ciência porque por ventura talvez tivesse vindo alguma coisa nesse sentido. Foi essa a intenção, sabe? Se tivesse ido alguma denúncia, alguma questão aí já juntava tudo para averiguar. Mas se nós estamos fazendo a fiscalização, inclusive nós solicitamos a eles em quais locais que está acontecendo isso, e nós detectamos ali analisando de que são casos pessoais, então alguma coisa ou outra também consideramos a questão da pandemia, o aumento de vagas, também a questão da falta de profissionais. Então nós analisamos toda essa questão, sabe, Ana? E também aos outros que estão aqui participando, que todos ficassem atentos a essa questão. Então nós estamos aguardando a resposta deles, do Sindicato mesmo que indicou e para analisar isso. E também, claro, você falou que irá mandar uma resposta para nós também, uma devolutiva, tranquilo, vamos fazer o que for possível, não é, Ana?" A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde: "Sim, temos que unir forças nesse momento, e aí, claro, nós sempre devolvemos, Cleverson. Nós não iremos ficar sem responder. Por isso que eu trago para a reunião. Nós conversamos, dialoguei com você, mas eu precisava apresentar para o colegiado que é uma prática que nós temos aqui. E aí, claro, devolver colocando que é necessário que seja apontado quais Unidades. Nós imaginamos que lógico, seriam denúncias vindas do mesmo lugar. E é importante que o CMDCA também possa fazer essa verificação porque a atribuição é nossa. Por isso que vocês estão junto conosco para nos ajudar aí nessa questão do Conselho Municipal de Educação. A parceria continua. É bem importante isso, que

bom que vocês já fizeram alguns encaminhamento, e aí claro, na próxima reunião que nós teremos que está prevista para o dia 07 de abril. Nós faremos o possível para nós realizarmos essa reunião, até porque eu falei para vocês, vai ficar dia 28 de abril e é muito distante. Nós traremos então, se vocês não tiverem nenhuma objeção, nós podemos trazer, ela vai ter um horário, nós vamos estipular um tempo para que a Samia possa se colocar. É importante que a Carol pontue que foi informada as questões da reunião, mas é importante que você também coloque que é muito importante cada coisa que seja discutido, até nas Assembleias se você não puder comparecer, que eles coloquem para você, não é Carol? Para que você possa trazer sempre para o Conselho. Não há nenhum problema, foi sempre assim com a questão da Tainara, e a questão da representação é essa sim. Na hora de discutir, na hora que nós vamos deliberar, a orientação é o Sindicato estar presente. Pó isso que nós sempre colocamos e eu coloquei 'É importante, Carol, que você esteja aqui sempre conosco nesta Câmara.' Para nós podermos discutir e para nós podermos deliberar. E aí, a participação, a Tainara sempre participou ou quando ela não podia, ia você no ano passado, 2020 e 2019 que a Tainara ficou sozinha. Mesmo assim ela participava de todas as reuniões. Ela procurava não ficar de fora. E quando ela não estava, ela ficava a par para poder fazer os encaminhamentos necessários. Aí fala a questão da valorização da educação e dos profissionais que é uma coisa que nós já fazemos. Nenhuma objeção em relação a presença da solicitação da Presidente do Sindicato na próxima reunião? Quem achar que tem objeção coloque, senão não precisa que nós já saberemos que nós podemos fazer o convite para ela. Aí tem uma colocação, a Leila coloca: 'Ana, em relação a sede do Conselho, gostaria de sugerir que seja enviado Ofício ao Secretário pedindo para que a locação de espaço seja feita de acordo com a Lei do Conselho Municipal de Educação.' Todos concordam com essa sugestão da Leila? Todos de acordo ou alguém contrário? O Fábio colocou que concorda e eu também concordo. Dá para colocar aqui de acordo. Por favor, aí se manifestem ali se vocês concordam para nós fazermos essa colocação. Aí para nós podermos encerrar Raquel, rapidamente." A Vice-Presidente Raquel se manifesta: "só complementando o que eu escrevi, é muito importante realmente essa função do Conselheiro em trazer dados, detalhes sobre o que ele está pedindo no caso aí da Educação Infantil. Não é diferente no Ensino Fundamental e acho que na Especial também. Nós percebemos no Município a importância desse olhar todo, primeiro para a estrutura e para estrutura física e humana para o melhor atendimento a criança e adolescente. E é uma coisa que na Secretaria nós percebemos, claro, as direções estão caminhando para isso sim, mas é muito importante nós termos o detalhamento do que exatamente nós estamos falando, de qual estrutura, de qual Unidade, de qual estrutura física nós estamos falando. Porque precisamos sim dessa melhoria e a Secretaria tem feito esse esforço que é muito importante, primeiro da qualidade mesmo na Educação, então temos grandes trabalho pra fazer mesmo." A Presidente Ana passa a palavra para o Conselheiro Nélio que se manifesta: "Ana e o pessoal do Conselho, eu preciso deixar vocês a par de alguns projetos de Lei que estão tramitando na Câmara. Um deles está na Comissão de Educação para Parecer, nós estamos aguardando também um Parecer do Conselho que é aquele que prioriza as vagas nos CMEIs para mães adolescentes, do Juliano Martins. Nós temos até o dia 21, a Comissão de Educação, para emitir um Parecer. Passou pela CCJ, esse projeto vai para aprovação e muito provavelmente vai ser aprovado. O segundo projeto de Lei está na Comissão também, é o projeto de Lei que prevê Educação Financeira no Ensino Fundamental, e aí eu não

sei se há previsão na Matriz Curricular do Ensino Fundamental para que uma disciplina seja implantada. E por último, é um projeto bom, é o da autogestão que é o do professor Wellington junto com o Bira do Banco, que é a volta do PDDE Municipal.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde: “Sobre a questão da matrícula prioritária para mãe gestante, realmente Nélio, nós não reunimos a Comissão de câmara para poder fazer esse estudo. Então, nós faremos o possível para poder fazer esse encaminhamento agora. Como eu te falei, estou praticamente sozinha aqui, nós temos toda essa dificuldade. A Educação Financeira, se vocês vão pedir um Parecer, por favor, aí vocês encaminham para nós e aí nós fazemos a análise e traz para o Conselho para fazer essa análise. E a autogestão, eu acho importante apontar que vocês não deixam de consultar o Tribunal de Contas, porque em 2017, eu acompanhei junto com a gestão da professora Ema, eu entrei em contato com o Tribunal de Contas para ver a necessidade e o que não foi permitido, foi porque foi usado indevidamente o dinheiro da gestão, em uma das gestões anteriores que se eu não me engano é 2015. Aí estava lá registrado que São José dos Pinhais estava suspenso e não poderia mais. Então, deem uma verificada lá, por favor.” O Conselheiro Nélio responde: “Nós entramos em contato já e tem consulta agendada.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues argumenta e continua: “Isso, isso é bem importante. Foi um dos problemas que não deixou ir adiante essa questão da autogestão. Foi por denúncia e depois o próprio Tribunal de Contas teve ciência e aquela gestão na época foi notificada, e o Município não pode mais, não foi permitido. Quem sabe agora isso aconteça. Não foi feito os encaminhamento já há um tempo. Então não havendo mais a tratar, gente, eu realmente encerro essa reunião. Nós veremos a situação de solicitação do encaminhamento das Câmaras para poder responder e analisar essa questão da documentação, principalmente esse do Nélio que ele coloca a questão do adolescente, e nós não fizemos o encaminhamento, nós discutimos, mas precisamos de um tempo a parte. Nós iremos encaminhar para vocês para vocês verificarem se alguém tiver alguma colocação a fazer, por favor, aí coloque. Mas nas discussões que nós fizemos, nós temos esse registro lá da questão de que o adolescente, não a questão do adolescente, mas tinha suas prioridades para a prioridade de matrícula, não existe uma prioridade para matrícula, tem uma Legislação Nacional. Mesmo que saia uma Municipal, ela vai contra uma Legislação Nacional porque não existe isso. Então tem que se ter todo um cuidado para esta colocação. Nós enquanto Órgão Normativo do Sistema, caso esteja aprovado, até chegar na Prefeita, nós podemos barrar e o Ministério Público também pode barrar. Então aí tem ter todo um cuidado da verificação. Nós percebemos que tem Projetos de Lei aí que não tem a consulta necessária e fundamentada para poder seguir adiante. Portanto, nós podemos segurar e ela voltar depois mesmo estando na mesa da Prefeita. Então tem que ter todo um cuidado aí. Não sei se a Secretaria se manifestou em relação a isso, se foi consultado a Secretaria, mas é importante que a Secretaria também seja consultada. O ideal é se o Professor Wellington pudesse segurar isso ainda e pedir que tenha além desses dois Pareceres, que também se tenha todo um cuidado nessa questão da obrigatoriedade. Se não tiver do Estado, Nacional, nem o Estado precisa, mas o Nacional, aí é difícil. Aí o Ministro pode barrar mesmo.” O Conselheiro Nélio acrescenta: “Eu vou ver com o professor Wellington a possibilidade de uma nova prorrogação de prazo por mais 10 dias pelo menos para nós emitirmos o Parecer. O professor Wellington é contrário a esse projeto, mas nós somos um voto na Comissão e são 3 vereadores. Então nós, nesse momento, nós somos voto vencido. Por isso da tentativa de mobilização do

Conselho, da Secretaria.” A Presidente Ana responde: “Então, nós podemos pedir enquanto Conselho e o adiamento do prazo e fazer o estudo de Legislação Nacional e encaminhar para a Comissão de Câmara. Só vou ler o chat e aí nós encerramos: A Raquel coloca ‘Sobre a Educação Financeira já é desenvolvido o Projeto Aprender Valor que prevê a Educação Financeira. Atende em parte solicitação.’ Mas não é, é um Projeto diferente do que está sendo colocado lá. Aprender valor não abrange todos. Fátima coloca ‘Ana falou bem. Não tem como aprovar esta Lei. Raquel ‘Desconheço se chegou a Secretaria.’ Isso seria no Gabinete, Raquel, não aqui para o Fundamental. Marilza coloca ‘Precisaria verificar o quanto isso impactaria nas ofertas das vagas.’ Por isso que nós precisamos do Estudo. A Aline saiu, se desculpou dizendo que retornou. Então, ok. Eu encerro e agradeço a participação de todos vocês, a reunião foi longa. Alguns se colocam a disposição e quando eu precisar eu vou chamar.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues faz mais um agradecimento, todos despedem-se e a reunião se encerra. Eu Luiz Carlos Costa da Silva encerro esta ata, que será assinada por mim e pela Presidente conforme Deliberação CME/SJP nº 11/2020.

